



# Análise de Mídia

Nº 04 (abril - junho/2005)

Realização:



## Piores Formas de Trabalho Infantil

**Agricultura Familiar**  
**Exploração Sexual Comercial**  
**Trabalho Infantil Doméstico**  
**Trabalho Infantil Urbano**  
**Tráfico e Plantio de Drogas**

Leia nesta edição:

**27 de abril**  
Índice do trabalho infantil doméstico cai 54% entre 1992 e 2003

P. 29

**18 de maio**  
Eventos lembram o Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças

P.9

**12 de junho**  
Mineração é tema do Dia Mundial contra o Trabalho Infantil

P. 12

### Índice

|                           |    |
|---------------------------|----|
| Análise trimestral .....  | 02 |
| Destaques .....           | 06 |
| Agricultura Familiar..... | 17 |
| Informal Urbano .....     | 19 |
| Narcotráfico .....        | 21 |
| Exploração Sexual .....   | 26 |
| Busca de Soluções.....    | 30 |
| Números .....             | 31 |

### **Mobilizações mostram compromisso do Estado Brasileiro para combater a exploração do trabalho precoce**

Dia do Trabalhador Doméstico (27 de abril). Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (18 de maio). Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil (12 de junho). Três das principais mobilizações nacionais em torno da exploração da mão-de-obra de meninos e meninas aconteceram no período de abrangência desta quarta edição da Análise de Mídia.

Os inúmeros eventos e a divulgação de políticas públicas, coincidindo com as três datas, nos dão a dimensão exata do compromisso das mais diversas instâncias para eliminar as piores formas de trabalho infantil do País – compromisso assumido pelo Estado brasileiro perante a comunidade internacional, ao assinar, em 2000, a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Neste período, também foram divulgados novos números sobre o trabalho infantil, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2003 do IBGE. Apesar dos resultados positivos, que confirmam estar o Brasil no caminho certo para enfrentar esse tipo de exploração, muita coisa ainda precisa ser feita. Como bem lembrou em entrevista ao caderno *Brasília*, do *Jornal do Brasil*, o coordenador de projetos do Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) da OIT, Renato Mendes, “existe uma falsa concepção de que dar trabalho a uma criança ou adolescente é uma forma de ajudar essa criança. Trabalho deve ser executado sim, mas no momento adequado, na idade e em condições adequadas”.

Contudo, é necessário ressaltar – como veremos a seguir nos resumos das principais notícias sobre o tema contidas neste boletim – que o combate à exploração de crianças e adolescentes no trabalho precoce merece atenção nos mais longínquos cantos do Brasil. Todos as instâncias nacionais, sejam públicas ou privadas, reconhecem o marco legal que proíbe o trabalho no País até os 16 anos (salvo na condição de aprendiz) – Estatuto da Criança e Adolescente – e a necessidade de realizar investimentos e implantar políticas que promovam a erradicação definitiva do trabalho infantil.

**Trabalho Doméstico** – Para marcar o 27 de abril, uma audiência pública no Congresso Nacional reuniu representantes dos trabalhadores domésticos, legisladores e representantes de diversas entidades, que reafirmaram o compromisso de eliminar a prática ilegal, registrada em todos os estados brasileiros, do trabalho infantil doméstico.

Neste caso, a mídia anunciou a significativa redução do índice de crianças e adolescentes explorados nesta forma de trabalho e deu voz aos diversos segmentos envolvidos com a questão, como a OIT que, por meio do coordenador do IPEC, Pedro Américo de Oliveira, lembrou que meninos e meninas trabalhando em casas de terceiros estão expostos ao assédio moral, à exploração sexual, ao atraso escolar e são privados do convívio familiar, entre outras situações.

**Exploração Sexual** – Semanas municipais e estaduais de combate à exploração sexual comercial de meninos e meninas se multiplicaram em todas as regiões. E, novamente, o Congresso Nacional recebeu crianças e adolescentes de todo o Brasil, por meio da Frente Parlamentar, numa mostra explícita de compromisso público com a questão.

As entidades que organizam o 18 de maio – com a intenção de mobilizar a sociedade para prevenir esse tipo de prática, além de discutir formas de combatê-la – têm na mídia uma importante aliada. Além da divulgação da programação de cada localidade, espaços para opiniões sobre o tema e informações de como agir diante desses casos e onde procurar ajudar estão consolidados nos jornais brasileiros – veículos que são a base desta análise.

**Campanha Mundial** – Para marcar o Dia Mundial de Contra o Trabalho Infantil, mais uma vez, o Congresso realizou sessão solene que discutiu o tema. Parlamentares de diversos partidos apresentaram, claramente, argumentos contrários à prática do trabalho precoce que, nas palavras do senador Cristovam Buarque (PT-DF), autor da iniciativa de realizar a solenidade, “condena as crianças à miséria e ao desemprego”.

A mídia também acolheu prontamente a pauta relativa ao 12 de junho, que teve como tema este ano a eliminação do trabalho infantil na mineração. Os jornais abriram espaço para noticiar a realização de dezenas de ações, entre caminhadas e debates, nas mais diversas regiões, além de anunciarem

decisões governamentais de enfrentamento da prática. As notícias trouxeram ainda informações da atuação dos Fóruns Estaduais de Erradicação do Trabalho Infantil. E registraram a entrega a alguns governadores da cópia do Termo de Compromisso – assinado por todos os titulares dos Executivos estaduais e Distrito Federal e pelo Presidente da República – no qual todos se comprometeram com o combate à exploração do trabalho precoce no País. A assinatura do Termo de Compromisso foi o resultado da Caravana Nacional pela Erradicação do Trabalho Infantil, que percorreu todo o Brasil, entre junho e dezembro de 2004, no marco do décimo aniversário do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

**Regulamentação** – No meio de todo esse movimento contrário à exploração da mão-de-obra de crianças e adolescentes, algumas vozes levantaram-se em prol de uma tese que foi o tema principal da edição anterior desta Análise de Mídia: a defesa do trabalho, em algumas situações, para meninos e meninas em idade inferior ao que determina a Lei.

A Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo acolheu tese de doutoramento da cientista social Martha Maria Gonçalves de Carvalho defendendo que a melhor saída para a situação de exploração das crianças trabalhadoras seria reconhecer o trabalho e regulamentá-lo. Matéria, publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* (26/6), de autoria do repórter Fábio Takahashi, trouxe como retranscrição (*frase acima do título*) “Choque de Mundos”, marcando claramente a discussão que iria se seguir. O texto apresentou inicialmente a posição da pesquisadora, cuja linha de pensamento destoava completamente daquela seguida pelos órgãos ligados à ONU, como a OIT e o Unicef, este último tendo sua opinião retratada imediatamente após a da pesquisadora.

Martha de Carvalho, que se declara contrária à exploração da mão-de-obra infanto-juvenil, diz que vê a necessidade de amparar os jovens que atualmente precisam contribuir com a renda familiar e ainda não foram beneficiados por programas governamentais. Como parte do estudo, que levou quatro anos para ser concluído, ela entrevistou 200 crianças e adolescentes, entre sete e 14 anos de idade, que trabalhavam e estudavam, em duas regiões da cidade de São Paulo. A matéria observa que, teoricamente, eles não podiam trabalhar, de acordo com a legislação brasileira.

**Discriminação** – Segundo a pesquisa, 95% dos entrevistados apontaram gostar do trabalho e somente 10% disseram que o que ganham não faria falta para a família. Para Martha, “os dados reforçam a necessidade de reconhecer a existência do problema e melhorar a condição de vida desses jovens, com uma lei que estabeleça garantias como piso salarial e jornada de trabalho”.

Alison Sutton, oficial de projetos do Unicef, ouvida pela reportagem, deixa claro que o órgão da ONU para a infância é contrário à possibilidade de admissão do trabalho infantil, mesmo que apenas em alguns casos, e que a entidade não concorda com a regulamentação da atividade.

“O trabalho não é só danoso à saúde. Também limita as perspectivas”, avalia, completando: “As crianças que trabalham têm queda no rendimento escolar. Isso pode levar à discriminação e, conseqüentemente, à evasão escolar”. Para Alison, programas governamentais são o caminho para erradicar a atividade.

Dias antes dessa discussão, em 13 de junho, a Agência Brasil distribuiu matéria sobre debate realizado em São Paulo, no qual o sociólogo José de Souza Martins, professor aposentado da USP, defendeu que “o conceito de trabalho infantil precisa ser revisto para que seja atacado de forma correta”. Para ele, é preciso diferenciar “exploração” de “educação para o trabalho, conceito comum em várias famílias, principalmente na zona rural”.

**Autorização** – Um dia antes, o jornal *A Gazeta*, de Cuiabá, apresentou diagnóstico de Sebastião Estevam dos Santos, auditor fiscal do Ministério do Trabalho em Mato Grosso, sobre a realidade do trabalho infantil naquela região. Ele ressaltou uma situação que tem se repetido em várias localidades: a autorização judicial para que adolescentes com idade abaixo da permitida por lei possa trabalhar. Há casos como esse em Mato Grosso e em Santa Catarina. “A justificativa sempre é a necessidade, a miséria, mas para haver ruptura desse ciclo, as crianças precisam estudar ao invés de trabalhar”, declara o auditor cuja opinião coincide com a de Alison Sutton, do Unicef, que afirma: “O caminho contra a pobreza é a erradicação do trabalho infantil. Quando isso ocorrer, as crianças pobres poderão almejar profissões melhores, não só as de baixa qualificação”.

Esse debate que, certamente, não se esgotará tão cedo, mostra o salto qualitativo da mídia brasileira, que consegue abrir espaço para a diversidade de opiniões, mas sem deixar de ressaltar a posição do Estado Brasileiro e da Lei – o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

As ações em torno do Dia do Trabalhador Doméstico, do Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e do Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil resultaram (no período compreendido por esta análise) num incremento de 39,5% no número de matérias sobre Piores Formas de Trabalho Infantil em relação ao primeiro trimestre do ano.

A ANDI identificou, entre 1º de abril e 30 de junho de 2005, um total de 925 matérias em mais de 60 jornais e revistas de todo país. A maior parte das matérias (56,76%) tratou de quatro das piores formas abordadas pela Análise de Mídia (agricultura familiar, narcotráfico, trabalho infantil doméstico e informal urbano), além de outras formas de exploração do trabalho infantil. As demais reportagens analisadas neste boletim (400 matérias) trataram exclusivamente de questões ligadas à exploração sexual e crianças e adolescentes.

Desta vez, incentivadas pela pauta dos eventos acima mencionados, notícias sobre ações de enfrentamento das situações de exploração da mão-de-obra infanto-juvenil – sejam do setor público, sejam de entidades não-governamentais –, tiveram praticamente o mesmo espaço dado ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), tradicionalmente o assunto mais abordado. As ações de combate representaram 18,47% do material analisado, enquanto o Peti somou 20,19% do total. Em relação ao programa governamental, mais uma vez, o enfoque principal foi a verba destinada às bolsas, de atraso do repasse a irregularidades na distribuição. A participação do Peti nas atividades em torno das datas comemorativas também foi destacada nas matérias analisadas, sobretudo naquelas sobre o dia 12 de junho.

### **Piores Formas de Trabalho Infantil**

#### **Agricultura Familiar**

Um pequeno aumento no número de reportagens sobre a presença de crianças e adolescentes na agricultura familiar foi registrado. Desta vez, representaram 3,25% das 525 matérias sobre trabalho infantil. Novamente, notícias sobre esta forma de exploração da mão-de-obra infanto-juvenil estiveram vinculadas a ações de responsabilidade social de empresas do ramo que, pressionadas pela “nova ordem econômica mundial”, precisam excluir o trabalho infantil das etapas de produção como uma maneira de preservar e conquistar novos mercados. Este conceito tem contribuído para combater a prática no nosso País.

Por outro lado, uma denúncia grave foi mostrada pelo jornal *A Tarde*, de Salvador. Publicadas no final de junho, duas amplas reportagens dos jornalistas Juscelino Souza e Sandro Lobo mostraram que no sudoeste da Bahia mais de 300 crianças e adolescentes trabalham na fabricação de aguardente – atividade que figura na lista das piores formas do trabalho infantil e que, portanto, faz parte do compromisso internacional firmado pelo Estado Brasileiro com vistas à eliminação. A reportagem, além de anunciar ações de fiscalização, lista os problemas de saúde decorrentes do consumo do álcool nessa faixa etária. Crianças e adolescentes que trabalham em alambiques – muitos deles de propriedade das próprias famílias – tornam-se alcoólatras. Crianças a partir dos quatro anos de idade estão expostos ao álcool. As matérias trazem opiniões de especialistas e informam os locais adequados para denúncias e para buscar ajuda.

#### **Exploração Sexual Comercial**

Conforme vimos, 43,24% do material publicado sobre trabalho infantil, no segundo trimestre de 2005, relacionou-se exclusivamente à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes (um total de 400 matérias). Os textos que tiveram como pauta o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças representaram 18,5% desse total. Além dessa campanha de mobilização, que incentivou a mídia a tratar das ações de combate ao problema (atuação dos setores governamentais e não-governamentais), foram noticiados trabalhos de comissões parlamentares de inquérito (CPI) instaladas pelas assembleias do Ceará e do Pará. Os desdobramentos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Congresso Nacional que,

no ano passado, investigou a exploração e o abuso sexual de crianças e adolescentes também tiveram espaço.

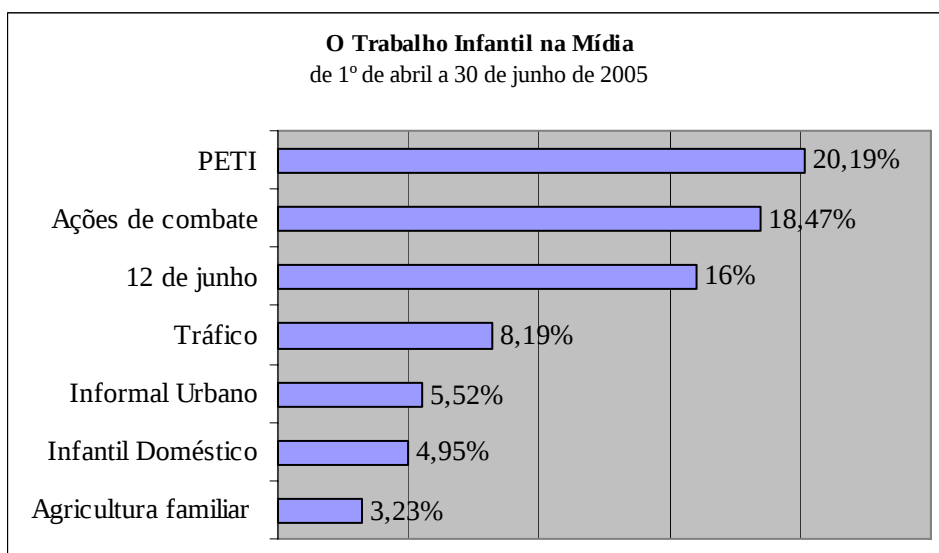
Ações de fiscalização para combater a prática em boates e hotéis, prisões de exploradores e responsáveis por redes que favorecem o turismo sexual, a condenação do assassino do jornalista Tim Lopes, a absolvição do ex-atleta Zequinha Barbosa, que havia sido acusado de exploração sexual de adolescentes, foram algumas notícias do período. Um destaque foram as ações da Polícia Rodoviária Federal para identificar os pontos de exploração sexual de crianças e adolescentes nas estradas brasileiras. O jornal *Correio da Paraíba*, no início de abril, abordou uma questão pouco discutida: a exploração sexual de meninos nas ruas da capital e da cidade portuária de Cabedelo.

### **Narcotráfico**

O número de matérias sobre crianças e adolescentes que trabalham para o narcotráfico teve uma pequena variação, de um ponto percentual para cima, somando 8,19% do total sobre Piores Formas de Trabalho Infantil (excetuando os textos sobre exploração sexual comercial analisados neste boletim). Notícias de apreensões de adolescentes acusados de traficar droga foram maioria, mas vale destacar o espaço que a mídia carioca abriu para tratar de um fenômeno até então oculto: a “fuga” de garotas de classe média para morar com traficantes nas favelas. Também merece ser ressaltada série intitulada “Escolas do Medo”, publicada pelo *Jornal do Brasil*, no mês de junho, dos jornalistas Gustavo de Almeida e Waleska Borges, que discutiu a presença do tráfico nos estabelecimentos de ensino cariocas e os riscos para alunos e professores.

### **Trabalho Informal Urbano**

As notícias publicadas sobre esta forma de exploração (5,52% do total sobre trabalho infantil, sem somar os textos sobre exploração sexual) expuseram a realidade de crianças que trabalham pelas ruas das grandes cidades e – entre outras maneiras de obter recursos – praticam a mendicância ou fazem malabarismos nos semáforos. O lançamento de uma campanha, pela prefeitura de São Paulo, para evitar essa prática mostrou que a situação não é privilégio das localidades mais pobres. A ação repercutiu em várias cidades. Em editorial, o *Diário do Amapá* afirmou diz que a campanha serve para desmistificar a visão de que o problema do trabalho infantil e do trabalho escravo resume-se a regiões como o Nordeste e a Amazônia.



**Observação:** Ao todo foram analisadas 925 matérias. O gráfico acima relaciona as questões mais diretamente ligadas às “Piores Formas”, dentre 525 reportagens relativas ao trabalho infantil. As matérias acima somam 76,55% da amostra de 525 reportagens. As demais são artigos, editoriais e notícias sobre outras formas de exploração, como crianças nos lixões. Neste grupo acima, não estão incluídas as reportagens sobre exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, tema tratado exclusivamente por 400 textos (43,24% do total geral) publicados no segundo trimestre deste ano, que foram analisados à parte para compor este boletim.

## Destaques

### A seguir, resumos de reportagens publicadas por jornais e revistas sobre trabalho infantil entre 1º de abril a 30 de junho de 2005

#### Levar o tema Exploração Sexual para o debate nacional é uma das grandes vitórias da CPMI

*A conclusão é da presidente da Comissão, Patrícia Saboya. Para ela, outra importante conquista foi a criação da ação penal pública incondicionada – se alguém sabe de uma pessoa com menos de 18 anos que esteja sendo molestada sexualmente pode denunciar*

Em entrevista à revista *IstoÉ*, a senadora Patrícia Saboya comenta o trabalho da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Durante as investigações, o grupo descobriu que a prática do crime contra essa faixa etária está disseminada em todo o País. Daí chegou-se à conclusão de que eram necessárias mudanças na legislação para, sem uma visão moralista, alterar o Código Penal – que tem uma redação de mais de 60 anos e deixa muitas brechas para práticas criminosas. Isso, segundo ela, dificulta a apuração e a punição de muitos crimes sexuais cometidos contra a população infanto-juvenil. “Desde o início chegamos à conclusão de que a legislação precisaria ser adaptada aos dias e costumes de hoje”, afirma. Ao ser questionada sobre a ligação da exploração sexual com o tráfico de pessoas, a senadora respondeu que durante as investigações, se depararam com denúncias graves de tráfico de crianças e adolescentes em todo o Brasil. “Existem nada menos que 131 rotas internacionais de tráfico de pessoas a partir ou passando pelo Brasil, 78 rotas interestaduais e 32 rotas intermunicipais. A constatação desses fatos levou a mais uma mudança no Código Penal, que foi transformar em crime o tráfico de pessoas dentro do País”, ressalta. A senadora observa que especialistas consideram pobreza e a miséria fatores muito fortes que levam à exploração sexual e ao tráfico de pessoas.

**Vitórias** - Segundo Patrícia Saboya, o Nordeste está sendo conhecido no mundo não apenas por suas belezas naturais, mas também pelo turismo sexual. “Fortaleza é uma das cidades onde esse tipo de turismo, de baixo nível, que não gera emprego, que não gera renda, existe em grande proporção. O importante é que a CPMI conseguiu trazer o tema para o debate nacional. Antes, havia uma tendência de se colocar o assunto debaixo do tapete”, ressalta. Uma das vitórias alcançadas pela CPMI, para a senadora, foi a criação da ação penal pública incondicionada – se alguém sabe de uma pessoa com menos de 18 anos que esteja sendo molestada sexualmente pode fazer a denúncia, ao contrário do que acontecia antes, em que apenas a vítima ou os responsáveis poderiam efetuar a denúncia.

(*IstoÉ* – 6/4)

#### Lançado Pacto pela Infância e Adolescência no Semi-Árido

*A iniciativa pretende estimular prefeitos da região a criar políticas públicas que ajudem a reduzir taxas de mortalidade entre recém-nascidos, o trabalho infantil e o analfabetismo juvenil, entre outros objetivos*

Os municípios de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA) sediaram cerimônias simultâneas de

lançamento do Pacto Nacional - Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semi-Árido. A iniciativa pretende mobilizar o País para os desafios de melhoria para essa região, uma área que abrange quase 1,5 mil municípios, onde quase 11 milhões de crianças e adolescentes enfrentam os rigores de um lugar com média anual de seis a oito meses de estiagem e grande irregularidade no regime de chuvas. A idéia é estimular prefeitos da região a criarem políticas públicas que ajudem a reduzir as taxas de mortalidade de crianças recém-nascidas, o trabalho infantil e o analfabetismo juvenil, e a fazer campanhas de vacinação, cuidar do pré-natal e melhorar o desempenho escolar. “Esse é um pedaço do Brasil em que os indicadores de qualidade de vida ainda são muito ruins, mas queremos mostrar que o Semi-árido não é só pobreza”, afirma o coordenador do UNICEF na Bahia e Sergipe, Ruy Pavan. Dados de 2000 referentes à região mostram que quase 73% das crianças de 0 a 6 anos estão fora da escola. Em 95% dos municípios a taxa de mortalidade infantil é quase o dobro da média nacional. Os municípios que melhorarem seus indicadores receberão do Unicef, no fim de 2006, o Selo Município Aprovado. A iniciativa é fruto de uma parceria entre o Unicef com o Governo Federal e os 11 estados que integram o Semi-árido brasileiro – os nove do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo –, Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fundação Abrinq e mais 17 organizações da sociedade civil.

(O Estado de S. Paulo, Luciana Garbin; Correio Braziliense, Erika Klingl – 6 / 4)

### **Manter crianças no trabalho levará à multa município do Pará**

*Prefeitura de Salinópolis tem prazo para apresentar projeto de erradicação do trabalho infantil e quatro meses para formular diagnóstico sobre a situação do local*

O município de Salinópolis (PA), vai ter que agir para resgatar imediatamente todas as crianças e adolescentes que trabalham ou exerçam atividades remuneradas, principalmente, nos mercados, feiras, agricultura e pesca. A determinação é da juíza de Direito, Maria Laudelina da Rocha, que atendeu pedido de liminar formulado contra o município pelos Ministérios Públicos do Estado (MPE) e do Trabalho (MPT). A prefeitura tem prazo de 45 dias para apresentar um programa social para erradicar o trabalho infantil, além de 120 dias para formular diagnóstico sobre a real situação do município. Em caso de descumprimento, a juíza determinou que a Prefeitura de Salinópolis terá que pagar multa diária fixada em dez salários mínimos. O dinheiro será revertido em favor do Fundo da Infância e Adolescência. Auditores da Delegacia Regional do Trabalho e agentes da Vigilância Sanitária registraram 284 crianças e adolescentes em situação de trabalho e risco em Salinópolis. Com o resultado das fiscalizações, a procuradora do Trabalho, Maraci Coelho, e o promotor de Justiça, Alexandre Bastas Neto, propuseram à Justiça uma ação civil pública. No argumento que embasou a proposta, eles lembraram que desde 2001, o MPE e MPT firmaram convênio para articular ações capazes de combater o trabalho dessa faixa etária nas áreas rural e urbana. Desde então, 117 municípios já assinaram o Termo de Ajustamento de Conduta que contém vários compromissos, como a estruturação adequada do Conselho Tutelar, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a instalação de programas visando a obtenção de auxílio-bolsa e a criação de abrigos.

**Conselhos Tutelares** – O estado do Pará, com 143 municípios, tem apenas 84 Conselhos Tutelares em atuação, embora a recomendação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) seja de que cada município deva ter pelo menos uma unidade em funcionamento. Mesmo sendo o estado com o maior número de Conselhos Tutelares da região Norte, o Pará atingiu, até o final de 2004, pouco mais da metade do número mínimo de órgãos que deveria ter. A região Norte possui a menor quantidade estabelecida entre as regiões brasileiras. Em todo o Brasil, até setembro de 2004, havia – segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – 3,8 mil Conselhos Tutelares implantados, para atender aos 5,5 mil municípios da Federação. No Pará, uma das iniciativas para ampliar o número

e a atuação dos órgãos tem partido do Instituto Amazônia Celular, realizador, há um ano, da campanha Pró-Conselho, que atua no incentivo à criação de Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares nos municípios.

(O Liberal-PA – 29 / 4)

### **Turma da Mônica diz: “Criança trabalhando, só se for de brincadeira”**

*Parceria entre UNICEF e o desenhista Maurício de Sousa trará, a cada nova edição, os personagens conversando e vivenciando histórias relacionadas aos seus direitos*

Uma parceria entre o Unicef e o criador da Turma da Mônica, Maurício de Sousa, promete intensificar o combate ao trabalho infantil e outras formas de agressão aos direitos das crianças. A cada nova edição das revistas da Turma da Mônica, haverá pelo menos uma página em que os personagens conversarão e viverão histórias relacionadas aos seus direitos. A primeira história é protagonizada pelo Cascão, trazendo um alerta sobre o trabalho infantil. O tema será abordado nas edições publicadas este mês. A idéia é ensinar às crianças sobre seus direitos, mas de uma maneira fácil e divertida. O lema da turma: “Criança trabalhando, só se for de brincadeira”. O trabalho infantil é um dos maiores desrespeitos aos direitos das crianças brasileiras. Cerca de 5 milhões de meninos e meninas, com idade entre 5 e 15 anos – dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – trabalham nos canaviais, nas minas de carvão, nas ruas das cidades. Em Brasília, mais de 21 mil crianças trabalham nas mais diversas atividades, pedindo dinheiro nos semáforos ou até mesmo catando lixo. Cerca de 20% das meninas são empregadas domésticas. Essa é a realidade que a Turma da Mônica tentará mudar.

**Herança histórica** – O suplemento para crianças Super! do jornal Correio Braziliense mostra a evolução do trabalho infantil no Brasil. É revelado, por exemplo, que entre 1501 e 1600, crianças de 9 a 16 anos eram trazidas nas caravelas portuguesas para trabalhar como ajudantes e grumetes. Outro caso, citado em 1917, mostra que 20% dos operários nas fábricas de tecido em São Paulo tinham menos de 18 anos. O caderno lembra o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990 – que proíbe o trabalho de crianças com idade inferior a 16 anos, exceto na condição de aprendiz, a partir dos 14.

(Correio Braziliense – 30 / 4)

### **Aldeias indígenas do MS sofrem com exploração da mão-de-obra infantil**

*Aliciados por “capitães” e “cabeçantes”, adolescentes trabalham nas usinas do estado em condições bastante semelhantes a um regime de escravidão*

A má nutrição infantil é apenas uma das crises encontradas no Mato Grosso do Sul pelos parlamentares que integram a Comissão Externa da Câmara sobre a morte de crianças indígenas. Aliciados por “capitães” e “cabeçantes”, adolescentes trabalham nas usinas do estado em condições bastante semelhantes a um regime de escravidão. O relatório da comissão denuncia a exploração da mão-de-obra dos guarani-kaiowá nos canaviais e pede ao Ministério do Trabalho que investigue a contratação dos indígenas por produtores de cana-de-açúcar. “Capitães” e “cabeçantes” são os intermediários no esquema. Eles recrutam grupos de adolescentes e adultos para trabalhar de 60 a 70 dias nas usinas, período durante o qual os indígenas ficam impedidos de voltar às aldeias. Os fazendeiros, de acordo com a Comissão, não registram esses trabalhadores e não cumprem normas trabalhistas. A remuneração é calculada segundo a produção individual, e sobre esse valor, “capitães” e “cabeçantes” recebem uma comissão de 10%. “Verificou-se que, ao término do contrato, os trabalhadores indígenas trazem poucos recursos para suas famílias, pois durante a permanência nas fazendas, recebem adiantamentos, sob a forma de ‘vales’, para custear as suas despesas pessoais”, aponta o relatório.

(Correio Braziliense, 5 / 5 – Paloma Oliveto)

## 18 de maio

**Semana Nacional** – Uma programação que durou o dia todo marcou a abertura da Semana Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, em Fortaleza. As ações incluíram a assinatura do Pacto Nacional do Poder Legislativo pela Infância e Adolescência, inauguração do Complexo de Articulação e Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, e criação do grupo de trabalho da prefeitura para planejamento e promoção de ações de enfrentamento da prática.

**Conscientização** – Pelo menos 300 estudantes de escolas públicas e particulares participaram de uma passeata em Governador Valadares (MG), organizada para marcar o início das atividades do Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. As ações continuam com um debate para adolescentes de 16 anos. Também haverá a palestra O tratamento do Agressor Sexual com a psicóloga Sandra Kruehl. Para a assistente social do programa Sentinela de Governador Valadares, Regina Mara Bragatto, essas iniciativas são importantes para chamar a atenção da sociedade para o combate ao problema.

**Acordo** – A Secretaria Especial dos Direitos Humanos assinou acordo de cooperação com o Ministério da Saúde para ampliar o atendimento do Disque-Denúncia de abuso e exploração sexual infanto-juvenil (0800-990-500). Atualmente, o serviço funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 22h, recebendo ligações de todo o País. Também foi lançada uma campanha nacional para incentivar motoristas a denunciarem situações de violência sexual contra crianças e adolescentes nas estradas brasileiras.

**Estudo** – Municípios brasileiros localizados próximos de fronteiras são os mais suscetíveis a ocorrências de casos de exploração sexual infanto-juvenil. Essa é a conclusão do Estudo Analítico do Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes no Brasil. O mapeamento aponta que, em 104 cidades próximas às fronteiras com Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Argentina, Uruguai e Paraguai, crimes como exploração sexual de jovens, tráfico objetivando tal fim e pornografia infantil fazem parte do cotidiano. No total, foram identificadas notificações desses tipos de casos em 930 municípios. Condições favoráveis à prática ocorrem, segundo os pesquisadores, porque é nos municípios fronteiriços que se sustentam as redes de tráfico internacional de crianças e adolescentes. Elas se beneficiariam da deficiência na fiscalização de portos, aeroportos, rodoviárias e postos de fronteiras. Além disso, a corrupção facilitaria a falsificação de documentos para o envio de pessoas com menos de 18 anos para rotas internacionais como a Conexão Ibérica, que mantém prostíbulos em Portugal e Espanha. O estudo foi coordenado pelo Grupo de Pesquisa sobre Violência e Exploração Sexual (Violes), do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, em conjunto com a Organização Não-Governamental Save the Children.

**Ações** – O ministro de Direitos Humanos, Nilmário Miranda afirmou que o estudo vai subsidiar acordos para combater a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Nas cidades de fronteira, o projeto Sentinela será ampliado com a implantação de Conselhos em fronteiras das regiões norte e centro-oeste.

“O estudo mostra os avanços que já tivemos em termos de dados, pesquisas, leis, programas e projetos, além dos desafios que teremos de enfrentar”, afirmou a professora Fátima Leal, uma das coordenadoras do estudo. Ela aponta como um desses “desafios” a instituição de políticas públicas nos municípios para diminuir a desigualdade social, uma das principais causas da exploração sexual. “Não dá mais para ficar financiando projetos assistencialistas. Tem de fazer com que essas crianças e adolescentes tenham acesso à

Educação, Saúde e projetos profissionais”. O relatório final mostra que existem projetos sociais contra a prática em boa parte dos 930 municípios brasileiros, mas que eles funcionam de forma desarticulada.

Para apresentar o documento às autoridades federais, cerca de 80 jovens de todos os estados brasileiros subiram a rampa do Congresso Nacional carregando um mapa do Brasil com mais de cinco metros. Em seguida, exibiram os resultados do levantamento na Câmara dos Deputados. As organizações que lutam contra a exploração infanto-juvenil cobram uma maior articulação dos Governos Federal, estaduais e municipais para o combate ao problema. No Congresso, os jovens foram recepcionados pela senadora Patrícia Saboya, coordenadora da Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente. Ao presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, eles cobraram urgência na votação dos projetos de lei em tramitação que possibilitam punição mais rigorosa nesses casos. Além das ações em Brasília, até o próximo dia 22, cerca de 600 municípios estarão desenvolvendo atividades de mobilização de jovens contra a violência sexual. O Governo Federal anunciou a ampliação do número de municípios atendidos pelo programa Sentinela, com a entrada de mais 150 cidades – atualmente são atendidos 315 municípios.

(O Estado de S. Paulo, Liege Albuquerque e Silvia Amorim; Diário do Nordeste-CE; O Estado-CE; O Povo-CE, Dílson Alexandre e Lanna Roriz; Estado de Minas, Lourival Werneck – 17/5; Jornal de Brasília, Anna Halley; Gazeta do Povo-PR, Felipe Laufer e Tatiana Duarte; O Popular-GO – 18/5; Correio Braziliense, Hércules Barros; Jornal de Brasília; O Estado de S. Paulo, Lisandra Paraguassú; Jornal do Brasil, Nelson Carlos de Souza – 19/5)

## **Associações de prostitutas entram na luta contra a exploração sexual**

*A educadora Mônica Sousa acredita que a parceria com as profissionais é um grande passo na luta contra a prática*

Aos 8 anos de idade, Marinalva Ferreira da Silva pedia dinheiro nas ruas de Natal. Aos 9, passou a oferecer serviços sexuais em troca de “alguns trocados”. Hoje, aos 36 anos e ainda atuando na prostituição, trabalha como voluntária para evitar que outras crianças e adolescentes sejam vítimas da exploração sexual. Assim como ela, prostitutas de várias regiões do País envolveram-se com a causa. Elas vão a bordéis, procuram as meninas nas ruas, denunciam clientes e desenvolvem trabalhos preventivos. “Esse povo que explora criança devia ter dor na consciência. E se fosse com a filha deles?”, questiona Marinalva, presidente da Associação das Prostitutas do Rio Grande do Norte. No mês passado, 12 grupos foram convidados pelo projeto Invertendo a Rota, da Universidade Católica de Goiás, para discutir estratégias de enfrentamento da prática. No final do evento, assinaram uma carta de intenções, encaminhada à Presidência da República. O documento pede ações mais efetivas do Governo Federal, como ampliação dos programas sociais voltados à transferência de renda e campanhas nacionais de conscientização.

**Ações** – Em Belém, as prostitutas estão mapeando as zonas para identificar a presença de meninas nos locais. “Conversamos com os donos das casas de prostituição e explicamos que isso é crime. Percebemos que as coisas estão começando a mudar”, revelou Maria de Lourdes Araújo Barreto, coordenadora do Grupo de Prostitutas do Estado do Pará (Gpec). Além da capital, o Gpec desenvolve trabalhos em municípios do interior, abordando caminhoneiros, garimpeiros e madeireiros. Mônica Sousa, educadora do Invertendo a Rota, acredita que a parceria é um grande passo na luta contra a exploração de crianças e adolescentes. “Elas estão no dia-a-dia, conhecem os locais de risco melhor do que nós, pesquisadores”. Porém, Mônica ressalta que o trabalho deve ter acompanhamento dos Conselhos Tutelares dos estados e municípios, já que é comum as mulheres não saberem como agir diante de algumas situações. “Elas dizem que, às vezes, meninas de 10 anos pedem camisinhas para fazer um programa. Se fornecerem o

preservativo, as mulheres podem ter problema com a Justiça. Se não, têm medo que a criança contraia alguma doença”.

(Correio Braziliense, Paloma Oliveto – 20/5)

## **Polícia Rodoviária mapeia locais onde ocorre exploração sexual de crianças e adolescentes às margens das rodovias federais**

*Paradas de viajantes, principalmente caminhoneiros, locais são freqüentados por garotas com menos de 18 anos, que oferecem serviços sexuais, às vezes, em troca de comida*

Após um ano de investigação, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) concluiu o primeiro mapeamento de lugares às margens das rodovias federais que favorecem a exploração sexual infanto-juvenil. Nos 26 estados e no DF, o relatório identificou 844 pontos de exploração sendo 63 em Mato Grosso do Sul. Paradas de viajantes, principalmente caminhoneiros, esses locais são freqüentados por jovens com menos de 18 anos, que oferecem serviços sexuais, às vezes, em troca de comida. Bares, restaurantes, motéis, postos de gasolinas e postos fiscais de 462 municípios foram citados no relatório como pontos críticos. Coordenado pelo setor de inteligência da PRF, o Mapeamento de Ocorrências de Violência contra Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais foi entregue ao Secretário Especial de Direitos Humanos, Nilmário Miranda. As informações devem orientar ações governamentais e se somam ao Estudo Analítico do Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, elaborado pela Universidade de Brasília (UnB).

**Distrito Federal** – As estradas federais do DF e entorno têm 35 pontos de favorecimento à exploração sexual infanto-juvenil. Em geral são paradas de ônibus, postos de gasolina e áreas próximas a motéis nas margens das rodovias. A BR-040, para Minas Gerais e Rio de Janeiro, concentra o maior número de focos na região do DF. Na capital federal, a média de idade das meninas que freqüentavam os pontos vulneráveis ficou entre 16 e 17 anos. Esse levantamento possibilitará à PRF realizar um planejamento mais efetivo no combate à prática. O Norte e o Nordeste tiveram poucas áreas vulneráveis registradas, pois, devido à pobreza, a exploração se concentra em áreas urbanas. "Quanto mais carente a região, menor a idade da menina em situação de risco", explicou o inspetor-chefe Giovanni Di Mambio, da Divisão de Combate ao Crime da PRF. O Amapá foi o único estado em que não foram identificados pontos de risco para as meninas.

(Folha do Povo-MS – 24/5 e Jornal de Brasília, 30/5 – Nelza Cristina)

## **OIT e Santa Catarina se unem contra trabalho infantil**

*Programa de Duração Determinada combaterá as causas da prática no estado*

Representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Pedro Américo Furtado de Oliveira, reuniu-se na capital catarinense com membros dos Fórum Nacional e do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil. O encontro teve por objetivo iniciar um programa para prevenir e combater as piores formas do trabalho infantil existentes no estado. A estratégia inclui projetos educacionais, ações de comunicação e participação direta de instituições públicas. O Programa de Duração Determinada (PDD) da OIT já é desenvolvido em cinco estados brasileiros – Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Maranhão e Paraíba. O PDD enfoca o combate das causas do trabalho infantil. Dos 293 municípios catarinenses, em 180 já existe o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), além de outras ações isoladas. Um diagnóstico das piores formas de trabalho infantil no estado foi feito por um grupo de especialistas reunidos pela ANDI.

(A Notícia-SC – 3/6/2005)

## Miriam Leitão diz em artigo que o Brasil está no caminho certo para acabar com o trabalho infantil

*“De 95 até hoje, o número de crianças de 5 a 15 anos trabalhando caiu à metade. Eram 5,1 milhões e são agora 2,7 milhões”, constata a jornalista Miriam Leitão*

Em artigo no jornal *O Globo*, Miriam Leitão comenta a importância do combate ao trabalho infantil, trabalho escravo e desmatamento para a política externa do País. “Certos avanços civilizatórios são também boa estratégia comercial. O crescimento do Brasil no mercado internacional vai incomodar cada vez mais. A resposta a isso é o País enfrentar espontaneamente certos pontos vulneráveis. Combater trabalho infantil, trabalho escravo e desmatamento são políticas boas por seus próprios méritos, mas têm também a vantagem de evitar ataques de concorrentes”, afirma. Segundo o artigo, nos próximos dias, o governo vai comemorar o avanço no enfrentamento ao trabalho infantil. Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Instituto Ethos mostram que o problema está no caminho da cura. “De 95 até hoje, o número de crianças de 5 a 15 anos trabalhando caiu à metade. Eram 5,1 milhões e são agora 2,7 milhões. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) começou em 95, depois de uma mobilização empresarial e de esforços da OIT. Em 96, 3,7 mil crianças foram atendidas pela bolsa para voltar a estudar em vez de trabalhar. Em 2002, foram 809 mil”, ressalta. De acordo com o texto, o maior percentual de crianças trabalhando é no Piauí, mas houve avanços. Eram 17% em 98, hoje são 13%. O maior em número absoluto é na Bahia, mas também houve avanços – em relação a 98, existem hoje 204 mil crianças e adolescentes baianos a menos em situação de trabalho. “O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, do Ministério do Desenvolvimento Social, é considerado pelo Banco Mundial um programa exemplo para o mundo. O pacto recentemente lançado contra o trabalho escravo quer seguir o mesmo caminho e ter também o mesmo bom resultado do ponto de vista da estratégia comercial: remover e prevenir barreiras ao comércio contra empresas brasileiras”, conclui.

(O Globo-RJ – 05/06/2005)

## 12 de junho

Para a campanha deste ano do Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) escolheu como tema Trabalho infantil em mineração, considerada uma das piores formas de exploração de meninos e meninas. De acordo com levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 2,7 milhões de crianças e adolescentes brasileiros entre 5 e 17 anos são vítimas do trabalho infantil. As atividades realizadas são as mais diversas possíveis, vão do trabalho doméstico ao tráfico de drogas. A pesquisa do IBGE aponta que 43,4% trabalham em atividades agrícolas, e cerca de 80% estão no setor informal.

**Programação** – O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), no Rio Grande do Norte, realiza uma intensa programação por causa do Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil: ações de fiscalização, panfletagens e fóruns de discussão sobre a prática. Segundo a coordenadora do Peti no estado, Bianca Collier, os municípios estão sendo estimulados a criar e desenvolver suas próprias atividades. No RN, 41,8 mil crianças e adolescentes são atendidos pelo programa.

**Iniciativa** – Lançada em Fortaleza, a versão local da Semana Nacional de Combate ao Trabalho Infantil. De acordo com o governador Lúcio Alcântara, o Ceará está avançado no combate ao problema, sendo a primeira unidade da federação a ter feito um plano estadual de enfrentamento à questão. No Ceará, existem 199,5 mil crianças e adolescentes, entre 5 e 15 anos, trabalhando. Desses, 126 mil estão na agricultura, principalmente no interior do estado.

**Sessão** – Sessão realizada na Câmara dos Vereadores de Rio Branco teve como assunto principal o Fórum Estadual de Erradicação e Combate ao Trabalho Infantil – que lançou no Acre extensa programação pelo Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil. Estiveram no plenário, o promotor de Justiça, Francisco Maia, a secretária municipal de Trabalho e Assistência Social, Stefânia Pontes, e o coordenador do Fórum Estadual de Erradicação e Combate ao Trabalho Infantil, Manoel Rodrigues Neto. O vereador Rodrigo Pinto afirmou que essa causa deve ser abraçada por todos os setores da sociedade, sobretudo pelos legisladores, especialmente pelos vereadores, que estão mais próximos e têm uma noção mais precisa sobre os problemas municipais.

**Caminhada** – Uma caminhada pelo centro de Porto Alegre será realizada para marcar o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil. A atividade é promovida pelo Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente, do qual fazem parte a Delegacia Regional do Trabalho, a Procuradoria Regional do Trabalho e a Rede Marista de Solidariedade. Cerca de 200 crianças e adolescentes que integram projetos de combate à exploração devem participar do evento. Com balões brancos e verdes simbolizando a paz e a esperança, eles deixarão para o governador Germano Rigotto cartas pedindo o fim dessa prática no estado. Também será entregue o Termo de Compromisso, firmado em 2004 por todos os governadores e pelo presidente da república, comprometendo-se a combater a prática no País.

**Mineração** – Cerca de 145 mil crianças e adolescentes trabalham na área de mineração no Brasil. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2003. Esse contingente corresponde a aproximadamente 4% dos trabalhadores do setor no País. A exploração da mão-de-obra infanto-juvenil na mineração foi eleita este ano pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como tema do Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil (12). De acordo com o Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério das Minas e Energia, o trabalho infantil no setor ocorre na extração dos minérios em garimpos e jazidas e no beneficiamento do material extraído, incluindo atividades em olarias. O Brasil assina um compromisso com a OIT para acabar com a prática nas minas do País.

**OIT** – Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, o coordenador de projetos do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (Ipec) da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Renato Mendes, abordou causas, dados e alternativas de atuação no combate à exploração da mão-de-obra de crianças e adolescentes. “As decisões tomadas até agora foram acertadas, mas não suficientes” afirmou. “Existe uma falsa concepção de que dar trabalho a uma criança ou adolescente é uma forma de ajudar essa criança. Trabalho deve ser executado sim, mas no momento adequado, na idade e em condições adequadas”, declarou Renato Mendes, lembrando que ao problema do trabalho infantil doméstico soma-se a idéia de que as tarefas de casa devem ser executadas por mulheres, e que quanto mais cedo a menina aprende a cuidar da casa sozinha, melhor. “No entanto, os malefícios do trabalho doméstico para as meninas são enormes. Enquanto os meninos, em outro tipo de trabalho infantil, têm até um ano e meio de atraso escolar, as meninas no trabalho doméstico têm até três anos, porque a jornada de trabalho é muito extenuante, elas não têm força nem tempo para estudar”, esclarece.

**Combate** – Para Renato Mendes, a causa da erradicação do trabalho infantil não deve ser assumida apenas pelo governo, mas também pela sociedade. Ele explica que a demanda pela mão-de-obra infantil não vem do setor estatal, mas da sociedade como um todo, e defende que o governo chame empresários, sindicatos e sociedade em geral para inibir esse tipo de exploração. Aponta soluções como bolsas e apoio às famílias, mas ressalta: “A longo prazo, precisamos de programas que gerem autonomia financeira a essas famílias

para que elas não tenham mais que depender do Estado". Já a sociedade civil, segundo ele, tem o dever de denunciar – sob pena de pecar por omissão – o que vai contra os direitos das crianças e dos adolescentes.

**Senado** – O senador Cristovam Buarque (PT-DF) defendeu, durante sessão especial realizada para lembrar o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, que não há muitos motivos para comemorar até que o problema seja resolvido definitivamente. Cristovam – autor do requerimento para a execução da solenidade – propôs a federalização da Educação Básica, a designação de um coordenador para se ocupar exclusivamente da erradicação da exploração comercial de crianças e adolescentes e a complementação da Lei de Responsabilidade Fiscal com uma Lei de Responsabilidade Educacional como alternativas para dizimar a prática em solo nacional. "Hoje, no Brasil, um prefeito que não paga os bancos fica inelegível, mas quando esse mesmo prefeito fecha escolas, nada acontece", ressaltou.

**Compromisso** – Para o senador Cristovam Buarque, o Brasil está disperso na questão do combate à exploração comercial infantil. Ele explica que é preciso, em primeiro lugar, que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, defina que "o trabalho infantil é inadmissível em um País decente do século 21". Para ele, é necessário ainda que todos os brasileiros assumam o compromisso de enfrentar o problema.

(Jornal de Brasília – 7/6/2005; Gazeta do Oeste-RN; Diário do Nordeste-CE – 8/6/2005; O Rio Branco-AC, Antonio Muniz; Correio do Povo-RS – 9/6/2005; O Popular-GO; Jornal de Brasília – 10/6/2005; Jornal do Brasil, 11/6/2005 – Lorena Rodrigues; Jornal de Brasília – 12/6/2005)

## **Adultos de até 42 anos recebem benefício do Peti**

*Eles recebem bolsas de R\$ 25 a R\$ 40 por mês, apesar do público-alvo do programa ser de crianças e adolescentes de 7 a 15 anos*

Levantamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome mostra que há adultos de até 42 anos de idade beneficiados pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). Eles recebem bolsas de R\$ 25 a R\$ 40 por mês, apesar do público-alvo do programa ser de crianças e adolescentes de sete a 15 anos. O balanço constatou que há 81 adultos na lista de atendidos pelo Peti.

(O Globo-RJ – 9/6/2005)

## **Crianças brasileiras e paraguaias são vítimas de exploração comercial ao atravessar a Ponte da Amizade**

*Relatório aponta que, no Brasil, elas chegam a ganhar R\$ 200 por mês em atividades domésticas. Já no Paraguai, podem ganhar até US\$ 300 por mês no transporte de mercadorias*

Muitas crianças e adolescentes que atravessam a Ponte da Amizade em Foz do Iguaçu (PR) vivem ilegalmente no Brasil e Paraguai. Os jovens paraguaios passam a fronteira para trabalhar em atividades domésticas. Já os brasileiros atuam no transporte de mercadorias, inclusive de drogas. Esses dados fazem parte de um levantamento – realizado pela Vara da Infância e Juventude do estado, Itaipu Binacional e faculdades de Foz do Iguaçu – que pretendia traçar o perfil de meninos e meninas que vivem nessa região. Mais de três mil crianças e adolescentes foram entrevistados pelo estudo. Outro fator importante para que essas pessoas não deixem tais atividades é, segundo a pesquisa, a facilidade de ganhar dinheiro. No Brasil, elas chegam a ganhar R\$ 200 por mês em atividades domésticas e, no Paraguai, podem ganhar até US\$ 300 por mês no transporte de mercadorias.

(O Estado do Paraná, 22/6/2005 – Rosângela Oliveira)

## Regularização do trabalho infantil é defendida em tese de doutorado

*"O trabalho não é só danoso à saúde. Também limita as perspectivas. Crianças que trabalham têm queda no rendimento escolar. Isso pode levar à discriminação e, conseqüentemente, à evasão escolar", afirma Alison Sutton, oficial de projetos do UNICEF*

Reconhecer a existência do trabalho infantil e, sobretudo, regulamentá-lo. Para Martha Maria Gonçalves de Carvalho, doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, essa seria a melhor saída para a situação de exploração em que se encontram crianças e adolescentes. A linha que ela defende destoa da seguida por entidades como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), que defendem a erradicação, sem considerar a possibilidade de tal "adaptação". Martha se diz contrária ao trabalho infantil, mas vê a necessidade de amparar os jovens que atualmente precisam contribuir com a renda familiar e ainda não foram beneficiados por programas de do governo. "Sou contrária a essa idéia universalizante – de erradicação da atividade. Há determinadas culturas, como a do Peru, em que o trabalho faz parte do amadurecimento, como um rito de passagem da infância para a fase adulta. Em determinadas circunstâncias, o trabalho faz parte da sociedade", afirmou.

**Danos** – O Unicef é contrário à possibilidade de admissão do trabalho infantil nem que seja somente em alguns casos. O órgão também não concorda em regulamentar a atividade. "O trabalho não é só danoso à saúde. Também limita as perspectivas. As crianças que trabalham têm queda no rendimento escolar. Isso pode levar à discriminação e, conseqüentemente, à evasão escolar", afirma a oficial de projetos do Unicef, Alison Sutton. Para Alison, programas de assistência governamentais são o caminho para erradicar a prática. Enquanto isso não ocorre, entretanto, deve-se buscar a conscientização da sociedade para o tema. "O caminho contra a pobreza é a erradicação do trabalho infantil. Quando isso ocorrer, as crianças pobres poderão almejar profissões melhores, não só as de baixa qualificação", ressalta.

**Casos** – Adolescente de 14 anos ouvido pela reportagem contou que trocou a escola pelo trabalho de pedreiro. Ele estudou até concluir o Ensino Fundamental e nunca mais retornou à sala de aula. O garoto trabalha diariamente para conseguir de R\$ 200 a R\$ 600 por mês. Outro adolescente entrevistado fez o caminho inverso parou de trabalhar e voltou a estudar. "Às vezes eu esquecia de fazer a lição. Não sei se era porque brincava muito, se era porque eu trabalhava, mas fiquei em recuperação e quase repeti o ano. Aí minha mãe achou melhor eu parar", revelou.

(Folha de S. Paulo, 26/6/2005 – Fábio Takahashi e Alessandra Balles)

## Foto que mostra adolescente explorada sexualmente em Fortaleza é destaque na revista *Imprensa*

*Edição de abril mostra trabalho do jornalista Jarbas Oliveira, publicada pelo jornal O Globo*

A cada edição a revista *Imprensa*, publicação mensal voltada principalmente para os profissionais de comunicação, destaca em sua última página – seção *Ponto de Vista* – trabalhos de fotógrafos que atuam na mídia de todo o país. Na edição de abril, a fotografia publicada dá a dimensão do turismo sexual, em Fortaleza. Jarbas, que é jornalista há cerca de 15 anos, fez esta e outras fotos para ilustrar matérias de uma série que o jornal *O Globo* publicou para mostrar essa face do turismo – que explora crianças e adolescentes – em capitais do Nordeste brasileiro. O rosto da garota não é mostrado, mas é possível perceber a desproporção entre o seu frágil corpo e o do provável cliente, possivelmente um estrangeiro. A cena foi registrada na Praia de Iracema, um dos principais pontos turísticos da capital cearense.

(*Imprensa* – abril/05)



## O Paraíso Perdido

*Resguardado pelos direitos da infância e juventude, o rosto da pequena garota que se prostitui não pode aparecer com nitidez nos meios de comunicação.*

*Nas ruas, a exposição a que tanto seu rosto como seu corpo são submetidos revela a face dolorosa da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Eis, de fato, um paraíso perdido: a troca da infância por algum dinheiro miúdo.*

*A cena foi fotografada por Jarbas A. Oliveira na Praia da Iracema, em Fortaleza, Ceará, e foi publicada no O Globo, do Rio de Janeiro. Formado em jornalismo pela Universidade Federal do Ceará, Oliveira trabalha com fotojornalismo e documentação. Hoje free-lancer de agências de notícias, jornais e revistas semanais, começou a sua carreira nos jornais diários da capital cearense. Desenvolve um projeto em que registra o homem e a sua ocupação no estado do Ceará. ■*



ARANDI PEREIRA

## Agricultura Familiar

### Banco do Brasil corta crédito de envolvidos com trabalho infantil e exploração sexual de crianças e adolescentes

*A iniciativa foi tomada tendo por base levantamentos do Governo Federal com nomes de pessoas físicas e jurídicas flagradas pela fiscalização do Ministério do Trabalho*

O Banco do Brasil (BB) anunciou que cancelou o crédito para 60 clientes – entre pessoas e empresas – que foram flagrados pela fiscalização do Ministério do Trabalho explorando mão-de-obra escrava e/ou infantil. Esses clientes tinham empréstimos com recursos públicos no valor total de R\$ 100 milhões. “Cortamos o limite de crédito enquanto o nome dessas pessoas e empresas estiverem incluídos na lista do ministério”, afirmou o vice-presidente de Crédito do BB, Adézio de Almeida Lima.

**Exploração sexual** – Até agora, o ministério já divulgou três listas, que incluem 163 nomes, entre fazendeiros e empresas autuados pelos fiscais por exploração de trabalho escravo ou em condições degradantes, principalmente no setor agropecuário. De acordo com o vice-presidente de Responsabilidade Socioambiental do BB, Luiz Oswaldo de Souza, a medida se estende ainda para aquelas empresas que sejam coniventes com a exploração sexual de crianças e adolescentes e agressões ao meio ambiente.

*(O Globo-RJ, 7 / 4 – Geralda Doca)*

### Adolescentes trabalhavam sob a mira de um rifle no RS

*Um dos adolescentes foi agredido por estar incapacitado, pelo cansaço, de acompanhar o ritmo de colheita – jornadas de 14 horas diárias e sem descanso semanal*

Promessas de trabalho, salário diário de R\$ 15, transporte, moradia e alimentação se transformaram num drama para 35 moradores de Wenceslau Braz (PR), que aceitaram a oferta de agenciadores e acabaram colhendo alho, feijão e batata na condição de escravos numa fazenda de São Francisco de Paula (RS). A exploração do grupo, que tinha sete adolescentes, durou 40 dias e só foi descoberta na semana passada quando a Polícia Civil gaúcha recebeu uma denúncia dos trabalhadores. Eles estavam revoltados com as atitudes de um capataz que comandava a colheita com um rifle nas mãos e que havia agredido um dos adolescentes que estava incapacitado, pelo cansaço, de acompanhar o ritmo de colheita – jornadas de 14 horas diárias e sem descanso semanal.

**Descontos** – Os policiais foram à propriedade e encontraram os trabalhadores abrigados num galpão insalubre, sem banheiros e sem lugar para dormir. Constataram ainda que o sistema de débito descontaria do grupo até instrumentos usados na colheita, além de toalhas e sabonetes, todos vendidos a preços abusivos pelo armazém da fazenda. Diante de tantos descontos, pouco sobrava do salário. Os trabalhadores eram proibidos de sair da fazenda, inclusive para buscar atendimento médico. O empresário Luiz Carlos Berti, arrendatário que cultivava os 30 hectares da fazenda, disse que não tinha conhecimento das irregularidades, atribuindo a culpa aos capatazes, responsáveis pela contratação da mão-de-obra.

*(O Estado de S. Paulo, 12 / 5 – Elder Ogliari)*

## **Jornal baiano denuncia a exploração de mão-de-obra infantil em fábricas de aguardente no sudoeste do estado**

*Em três cidade do sudoeste da Bahia, crianças e adolescentes trabalham na fabricação de aguardente – do plantio da cana de açúcar à manufatura do produto final – e são expostos ao alcoolismo e à exploração sexual, segundo denúncia do jornal A Tarde*

A utilização de mão-de-obra infantil nos alambiques e engenhos de cachaça espalhados pela região sudoeste da Bahia vem facilitando o acesso de crianças e adolescentes a doses de aguardente. Apesar da falta de pesquisas e da ausência de fiscalização, a estimativa dos moradores da região é que mais de 300 garotos e garotas com idade entre 5 e 17 anos estejam expostos a esta situação de risco. Em Piripá, município considerado o maior produtor de aguardente da região, meninos e meninas trabalham na produção, desde o corte da cana até a fabricação de aguardente.

**Especialista** – A socióloga e consultora da World Child Foundation no Brasil, especialista em direitos da criança e do adolescente, Marlene Vaz, não vê o enfrentamento da exploração do trabalho infanto-juvenil como a melhor estratégia para reverter à situação em que se encontram as crianças e jovens do sudoeste baiano. Para ela, os ministérios da Saúde, Trabalho e Secretaria Especial de Direitos Humanos são peças fundamentais na investida, que deve ser mais contundente.

**Drogas e exploração sexual** – O prefeito de Piripá, Jeová Barbosa, reconhece que, além da gravidade da utilização de mão-de-obra infantil e do alcoolismo precoce, existe o acesso de crianças e adolescentes a outros tipos de drogas, tornando-os vulneráveis também ao abuso e exploração sexual. De acordo com Barbosa, a Secretaria de Ação Social do município tem desenvolvido projetos para tentar reverter a situação. Uma das ações previstas é a instalação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA) e, posteriormente, de uma unidade do Conselho Tutelar, além de implantar ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).

**Denúncia** – Por conta da denúncia do jornal *A Tarde*, uma equipe de fiscais do Núcleo de Apoio a Projetos Especiais da Delegacia Regional do Trabalho (Napes/DRT) deverá ir até os municípios do Sudoeste baiano. Segundo a auditora fiscal Marli Pereira, não há fiscalização nas cidades de Piripá, Condeúba e Itarantim, mas por conta da denúncia, um grupo do Napes será deslocado para apurar a situação. No caso da produção familiar, os fiscais deverão orientar os pais sobre o problema e afastar as crianças da atividade. As fábricas que contarem com garotos e garotas menores de 18 anos em sua linha de produção serão autuadas.

**Prefeitura** – Uma equipe da Secretaria Municipal de Agricultura de Piripá-BA visitará todos os engenhos e alambiques da região para notificar a presença de crianças e adolescentes na produção de aguardente. O secretário Nivaldo Oliveira Castro afirma que a proposta é erradicar completamente a mão-de-obra infantil e apresentar aos produtores alternativas de produção de qualidade, somente com adultos na linha de frente.

**(A Tarde-BA, 27 e 28/06 - Juscelino Souza e Sandro Lobo)**

## Informal Urbano

### **Empresas que favorecem prática do trabalho infantil em semáforos serão processadas**

*Um exemplo é a Riclan, criadora de uma estratégia de marketing que consiste em dar como brinde kits-semáforos – saquinhos e mensagens com pedidos de colaboração – aos vendedores de rua que comprarem sacos de balas*

A Secretaria da Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo poderá processar criminalmente empresas que estimularem o trabalho infantil na cidade. A declaração foi feita pelo secretário Floriano Pesaro. Segundo ele, empresas que realizam promoções para vendedores de balas em faróis, estimulam a prática criminosa, além do trabalho ilegal nas ruas. A empresa Riclan, da Rio Claro, por exemplo, criou uma estratégia de marketing que consiste em dar como brinde kits-semáforos – saquinhos e mensagens com pedidos de colaboração – aos vendedores de rua que comprarem sacos de balas.

**(Diário de S. Paulo, 8/4 – Danielle Borges)**

### **Trabalho infantil nos cruzamentos de São Paulo é tema de artigo**

*O dinheiro arrecadado por essas crianças é dividido entre os intermediários – grupos que se apossaram do território e cobram “pedágio” das crianças – e os familiares ou adultos que agenciam a mendicância. “Esses trabalhadores sabem que, se voltarem para casa de mãos vazias, irão enfrentar adultos irados, dispostos a puni-los”, ressalta o jornalista Gilberto Dimenstein*

“Uma criança consegue ganhar, em média, R\$ 500 por mês nos semáforos da cidade de São Paulo, segundo pesquisas realizadas por assistentes sociais da prefeitura. É possível tirá-la da rua?”, questiona, em artigo ao jornal Folha de S. Paulo, o jornalista Gilberto Dimenstein. O autor defende o slogan “Não dê esmola. Dê futuro”, que foi lançado pela prefeitura paulista, para tentar mudar essa “crônica paisagem de crianças pedintes”. Pela amplitude do projeto, não se trata de uma experiência qualquer. Segundo o artigo, serão aprendidos os limites de uma comunidade para combater os sinais mais explícitos da pobreza. E, de quebra, sobre a habilidade de José Serra em administrar ações sociais. “Não se trata de uma experiência qualquer. Está se envolvendo nessa operação um forte esquema de poder. Governos estadual e municipal, associações comunitárias, mídia, empresários, fundações e Organizações Não-Governamentais terão de responder se conseguem lidar, em uma cidade de 10 milhões de habitantes, com três mil crianças espalhadas em aproximadamente 200 cruzamentos”, ressalta. O texto relata que três mil meninos e meninas podem parecer um detalhe insignificante num cenário de degradação urbana. No entanto, há nessa mendicância, um monumental valor simbólico, capaz de sintetizar uma incompetência coletiva, acredita o autor. O dinheiro arrecadado por aquele trabalhador infantil é dividido entre os intermediários – grupos que se apossaram do território e cobram “pedágio” das crianças – e os familiares ou adultos que agenciam a prática. “A pancada é o recurso empregado para manter essa exploração. Esses trabalhadores sabem que, se voltarem para casa de mãos vazias, irão enfrentar adultos irados, dispostos a puni-los. Suas casas são marcadas pela falta de estrutura familiar, pelo alcoolismo e pela promiscuidade sexual, numa química da violência cotidiana”. Para Gilberto, uma solução seria dispor de assistentes sociais percorrendo diariamente as ruas

para encaminhar as crianças e seus familiares aos programas. Por meio de placas, os motoristas seriam informados sobre números de telefone para chamar assistentes sociais. Além disso, também receberiam orientação sobre os meios de fazer doações a entidades capazes de cuidar dos mendigos mirins.

(Folha de S. Paulo – 10/4)

## **Luta pela sobrevivência leva crianças e adolescentes a fazer malabarismo nos semáforos**

*Um adolescente de 16 anos confirmou ser estudante do Ensino Fundamental e que fica no local para ajudar em casa. “Estou aqui para ganhar dinheiro para comprar roupa. Se o que ganho passar de R\$ 10, dou a metade para minha mãe e guardo o restante”*

Os semáforos de Maceió, além de ter crianças vendendo coisas ou limpando pára-brisa de veículos, agora contam com uma nova prática: meninos e meninas fazendo malabarismo com bastões improvisados a partir de cabos de vassoura enrolados com borracha. A presença dos pequenos nos sinais já preocupa bastante as autoridades, principalmente porque alguns deles pedem dinheiro trajando fardas escolares. No cruzamento da Avenida Leste-Oeste com a Avenida Gustavo Paiva um grupo de oito garotos realiza esse tipo de exibição. Um deles, um adolescente de 16 anos, confirmou ser estudante da 2ª série do Ensino Fundamental e que fica no local para ajudar em casa. “Estou aqui para ganhar dinheiro para comprar roupa. Se o que ganho passar de R\$ 10, dou a metade para minha mãe e guardo o restante”, revelou. A exemplo dos demais, ele ainda tem o referencial da família, mas admite que a renda da casa não lhe permite comprar o que deseja. Um adolescente de 17 anos está fora da escola. Segundo ele, o motivo é a falta de vagas. No dia anterior havia sido o aniversário dele. Chegou ao semáforo pela manhã e sonhava com a possibilidade de ganhar R\$ 20,00. “Uma mulher uma vez deu isso para um garoto por aqui. Já pensou se ela passa de novo?”, ressaltou.

Reação - Mas a presença de crianças e adolescentes nos semáforos não é bem-vista pela maioria dos motoristas. “Ficam aí com esse negócio capaz de bater no carro e ainda vêm pedir dinheiro. A gente dá uma vez, mas agora eles estão em todo sinal”, queixou-se um motorista. A secretária municipal de Assistência Social, Ivone Torres, afirmou que tem conhecimento do problema e defende uma política de atenção às famílias. “Estamos identificando os jovens e descobrindo os motivos que os levaram para os sinais”, disse Ivone.

(Gazeta de Alagoas, 13/5 – Marcos Rodrigues)

## **Editorial critica visão preconceituosa de que trabalho infantil só existe no Nordeste**

*“Campanha lançada em São Paulo, cidade mais global e com tecnologia mais avançada do País, ajuda a desmistificar essa pretensa superioridade”, afirma o Diário de Amapá*

Em editorial, o jornal *Diário de Amapá* critica a visão de que o problema do trabalho infantil e escravo resume-se às fazendas do Nordeste e Amazônia. “Os ‘civilizados’ e urbanos ficam comovidos com tanta barbárie, praticada bem longe deles”, diz o texto, que cita campanha lançada em São Paulo que ajuda a desmistificar “essa pretensa superioridade”. Com o slogan “Não dê esmola, dê futuro”, poder público e entidades comunitárias querem evitar que crianças continuem a ser exploradas nos semáforos pelos adultos. Segundo o diário, esses meninos e meninas são, na prática, escravas, pois tudo o que ganham vai para os adultos.

(Diário do Amapá – 13/4)

## Narcotráfico

### Jornal promove debate sobre violência que afeta jovens da favela

*“É absurdo que, nos conflitos que envolvem a população e a polícia, os dois fiquem com medo. A população aparece cobrindo o rosto para a polícia, e o policial, mesmo quando está apenas investigando, aparece também com o rosto coberto, como se fosse marginal, assumindo o papel de bandido”, afirma o rapper MV Bill*

Jornal O Globo promoveu o debate *Violência e Juventude*, que contou com as presenças do rapper MV Bill, antropólogo Luiz Eduardo Soares e ex-secretário Nacional de Segurança Pública, Micael Herschmann. Segundo MV Bill, policiais não apenas provocam medo, mas eles próprios se sentem receosos ao lidar com a população das favelas. “É absurdo que, nos conflitos que envolvem a população e a polícia, os dois fiquem com medo. A população aparece cobrindo o rosto para a polícia, e o policial, mesmo quando está apenas investigando, aparece também com o rosto coberto, como se fosse marginal, assumindo o papel de bandido”, afirmou o rapper. Em *Cabeça de porco* – livro que MV Bill escreveu com o rapper Celso Athayde e Luiz Eduardo Soares – são divulgados dados de uma pesquisa que os três começaram a realizar em 1998, para conhecer a situação de jovens envolvidos com a violência em todo o País. Além do livro, a pesquisa resultou no clipe *Soldado de morro* e no documentário *Falcão — Meninos do tráfico*. Dos 16 adolescentes ouvidos na produção, 15 tinham morrido até 2003 e o 16º morreu no ano passado. “Era um documentário em que a gente tinha pensado em falar sobre a vida, mas por conta da morte desses jovens acabou se tornando num documentário sobre a morte”, disse MV Bill.

**Busca de soluções** – Luiz Eduardo Soares, que expõe no livro vivências e opiniões sobre o combate à violência, destacou que é possível encontrar saídas diante da “pedreira que parece intransponível”. “Queríamos que no nosso trabalho não houvesse só denúncia, mas possibilidade de mudanças, no plural, que começam individualmente e se desdobram na prática cotidiana, como no hip-hop e em outras manifestações culturais. Há muito o que fazer, com humildade e objetividade”, ressalta o antropólogo. O ex-secretário Nacional de Segurança destacou que a violência, atualmente, se relaciona à expressão da masculinidade dos jovens. “Os jovens envolvidos com violência diziam que, no fundo, o que queriam mesmo era conquistar todas as mulheres do mundo. Ao ouvirmos as meninas, elas, da mesma forma, associavam o modelo ideal de homem à violência. Mas vimos que também nas comunidades há modelos alternativos que difundem a linguagem da paz e da emoção. Cabe à sociedade apoiá-los”, argumentou Soares.

(O Globo-RJ, 13/4 – Rachel Bertol)

### Meninas de classe média trocam família pela vida ao lado de traficantes

*Para a psiquiatra Izabel Szpacenkopf, as adolescentes vivem a chamada “paixão pela adrenalina”*

O que parecia ser um episódio extremo acabou revelando o fio de uma meada bem guardada, até então, pelas famílias de classe média do Rio de Janeiro. Pelo menos 20 histórias semelhantes à da jovem de 17 anos, moradora de Ipanema, resgatada pela polícia no Morro do Turano — onde vivia com um traficante — têm sido acompanhadas

pela equipe do Conselho Tutelar de Laranjeiras. Nem todas as adolescentes, entre 14 e 17 anos, abandonaram suas casas, mesmo assim as famílias romperam o silêncio para buscar ajuda terapêutica e jurídica. Na semana passada, devido à intermediação do Conselho Tutelar, uma adolescente de 16 anos, moradora de Copacabana, deixou uma favela na Zona Oeste, onde estava vivendo há dois meses com um integrante do tráfico. A família, também de classe média, desesperada com a resistência da menina a voltar para casa, recorreu à equipe de conselheiros. A jovem só mudou de idéia depois que o namorado mandou que voltasse. “Como ela se recusava a deixar a favela, precisamos recorrer à família do rapaz, que a trouxe até o Conselho. Ela reencontrou os pais e acabou voltando para casa, mas fez isso aos prantos porque ainda está apaixonada pelo traficante”, conta a conselheira Maria Aparecida Venturine. A vida como ela é, em família, não parece ser o suficiente para essas meninas, que começam a se afastar da família e dos amigos, a não dormir mais em casa e, por fim, abandonar a escola. A psiquiatra Izabel Szpacenkopf, que desenvolve uma pesquisa sobre violência entre os jovens, se refere ao comportamento dessas meninas como “paixão pela adrenalina”. Segundo Izabel, elas tentam preencher um vazio que nem o consumismo consegue mais. “Essas adolescentes, supostamente ‘bem criadas’, que têm tudo, se deixam seduzir pela vida de ação desses rapazes, pelo perigo e pelo poder que estar ao lado deles representa. Elas vivem o clichê dos filmes”, afirma.

(O Globo-RJ, Laura Antunes; O Estado de S. Paulo, Clarissa Thomé – 24 / 4)

### **Traficantes estão utilizando cada vez mais o serviço de adolescentes no transporte de drogas**

*Há alguns anos, apenas adultos atuavam como “mulas” – pessoas que recebem dinheiro para transportar pequenas quantidades de drogas –, porém, o número de jovens entre 15 e 17 anos nesse serviço está crescendo*

Aumentou o número de traficantes que utilizam o serviço de “mulas” – pessoas que recebem dinheiro para transportar pequenas quantidades de drogas – no Brasil. Por mês, cerca de 500 quilos de cocaína atravessam a fronteira brasileira em direção a outros países. A Polícia Federal apreendeu só este ano, em Brasília, mais de 200 quilos da droga que serviriam para o consumo local. De acordo com o delegado e coordenador-geral de Polícia de Repressão e Entorpecentes do Brasil (CGPRE), Ronaldo Urbano, as organizações que controlam o tráfico de drogas no mundo estão investindo cada vez mais nesse tipo de modalidade, já que o risco de terem prejuízo é menor, caso sejam descobertos e presos pela polícia. Há alguns anos, apenas homens eram usados como “mulas”, porém, a incidência de mulheres, pessoas idosas e adolescentes entre 15 e 17 anos está crescendo bastante.

(Jornal de Brasília, 30 / 4 - Wanilson Oliveira)

### **Especialista aborda relação entre meninas e traficantes nos morros do Rio**

*“As meninas e os meninos vitimizados sexualmente agradecem aos jornalistas que lhes dão visibilidade social”, afirma Marlene Vaz, co-autora do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes,*

Em artigo publicado no jornal Gazeta do Povo, a co-autora do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, Marlene Vaz, comenta a realidade em que vivem meninas e traficantes no morro. Ela abre o texto relatando uma experiência que teve em uma comunidade do Rio de Janeiro. No local, ela encontrou senhoras de bastante idade, crianças e adolescentes comprando cocaína. “Lembrei-me que antes meninos vendiam os sacolés ou geladinhos com sucos. Agora, os meninos compravam cocaína nos mesmos saquinhos, como intermediários de traficantes jurados de morte”, ressaltou. Segundo ela, as garotas, após compelidas a usar a melhor cocaína e

sofrerem abuso sexual do líder do tráfico, iniciava uma escalada descendente, “tanto pelos parceiros traficantes com quem teria de manter relações sexuais, como pela qualidade da cocaína, até chegar ao mais baixo nível de qualidade de parceiros e da droga”. No texto, a socióloga narra um episódio em que viu tal relação dessas adolescentes com traficantes. “Sentei-me à mesa de uma pensão. Ele me seguiu com a menina. Bebia, alisava a pele da garota com um revólver e com a mão levantada sacudia um sacolé-cocaína, um brinquedo que ela tentava pegar”, contou.

**Tim Lopes** – “Esse fato me reporta à polícia do Rio, que encerrou o inquérito da morte do jornalista Tim Lopes dizendo que o local era de risco, portanto ele foi lá porque quis. Respondo por mim e por ele – alguém teria que fazer o trabalho. Tenho certeza, onde ele estiver lamenta-se não por ter desaparecido, mas pela reportagem não publicada sobre os bailes do tráfico para exploração sexual de meninas”, disse. A autora lembra a ação do repórter e comenta uma iniciativa da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), em parceria ao Instituto WCF Brasil, que criou o Prêmio Tim Lopes de Jornalismo Investigativo sobre Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, contando com o apoio da Federação Nacional dos Jornalistas e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). “O Prêmio Tim Lopes está escrevendo essa história do jornalismo investigativo, tendo como símbolo o saudoso jornalista. As meninas e os meninos vitimizados sexualmente agradecem aos jornalistas que lhes dão visibilidade social”, concluiu.

(Gazeta do Povo-PR – 25/5)

## Responsável pela morte do jornalista Tim Lopes é condenado

*Tim Lopes foi assassinado em junho de 2002, quando fazia reportagem na favela Vila Cruzeiro (RJ) sobre tráfico de drogas e exploração sexual infanto-juvenil em bailes funk*

Depois de 16 horas de julgamento, Elias Pereira da Silva, o Elias Maluco, foi condenado pelo 1º Tribunal do Júri do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro a 28 anos e seis meses de prisão pelo assassinato do jornalista Tim Lopes. Elias Maluco foi condenado pelos crimes de homicídio triplamente qualificado, formação de quadrilha e ocultação de cadáver. O repórter foi assassinado no dia 2 de junho de 2002, quando fazia uma reportagem para a Rede Globo sobre tráfico de drogas e exploração sexual infanto-juvenil em bailes na favela Vila Cruzeiro, no Rio. Foi capturado pelo grupo de Elias Maluco e levado até a favela da Grota, onde foi executado.

(Diário Catarinense; Gazeta de Alagoas; Correio Braziliense; O Estado de S. Paulo, Roberta Pennafort; Folha de S. Paulo, Mario Hugo Monken; O Globo-RJ, Jorge Martins e Célia Costa – 26/5)

## Presença do tráfico nas escolas do Rio é tema de série do *Jornal do Brasil*

*Em Escolas do Medo, diário mostrou o risco para alunos e professores e o que está sendo feito para resolver o grave problema*

Com o título “Lições do medo”, o *Jornal do Brasil* deu início à série de reportagens investigativas sobre a relação entre o tráfico e as escolas no Rio de Janeiro, que tratou da intensificação da situação de risco para professores e alunos, muitos envolvidos com traficantes, e os perigos para a Educação. Na primeira matéria foi abordada a crescente identificação dos jovens de comunidades populares com o modelo mais próximo de sucesso que dispõem: o traficante. Durante 10 dias, O jornal entrevistou professores e alunos de escolas de várias partes da cidade, além de especialistas e autoridades.

**Descrédito** – O relato de uma professora mostra o descrédito na escola: “Antes, os alunos diziam que seriam professores ou médicos. Hoje, as crianças sonham em ser gari, camelô ou policial. Os meninos falam em ter poder no morro e fazem desenhos em que aparecem armados”. A briga entre alunos de facções rivais impede, por exemplo, a

realização de festas em datas comemorativas. Alunos e professores são surpreendidos com a presença de bandos armados dentro das salas de aula. Professores recebem ameaças e ordens do tráfico e os alunos reproduzem o cotidiano violento do morro. De acordo com o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (Sepe), 50% dos pedidos de transferência são motivados pela violência. Para a secretária municipal de Educação, Sônia Maria Magrabi, a violência que atinge a cidade se reflete nas escolas.

**Poder** – Depois de flagrar uma aluna colando na prova, a professora de uma escola de Nova Iguaçu (RJ), aplicou-lhe uma correção: nota zero. Sem qualquer cerimônia, a estudante tentou reverter a nota fazendo uma ameaça à professora. Ameaças contra professores foram registradas pela professora da Universidade Católica de Brasília, Miriam Abramovay, coordenadora da pesquisa Cotidiano das escolas: entre violências, realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). “A escola está perdendo o respeito. O que impera é a violência, por isso, alunos e professores sentem-se desprotegidos”, avaliou a pesquisadora. A influência do tráfico na vida da comunidade também interfere bastante no cotidiano dos estudantes. “O poder do tráfico com a comunidade é intenso. Traficantes determinam o uso de cores de roupas e também interferem na escolha da escola”, relatou Marcelo Freixo, pesquisador da Organização Não-Governamental Justiça Global.

**Medidas** – A violência nas escolas do Rio de Janeiro já levou a elaboração de alguns projetos de lei. Um deles, de autoria do vereador Eliomar Coelho, cria o Programa Interdisciplinar de Participação Comunitária para Prevenção e Combate à Violência nas Escolas do município, que prevê a formação de grupos de trabalho e o desenvolvimento de ações educativas e de valorização da vida. “É preciso que o poder público assuma suas responsabilidades. As secretarias precisam receber esses professores. Tenho uma parente que leciona em escola pública, e que convive com tiroteios. Os alunos têm que correr para dentro de outras salas, pois nem mesmo têm um pátio protegido”, diz o vereador.

**Cores** – Uma suposta possibilidade de mudança na cor dos uniformes dos alunos das escolas do Rio de Janeiro tem preocupado professores e diretores. Segundo denúncias dos profissionais de Educação, a atual camisa cinza seria substituída por uma branca com detalhes coloridos e uma faixa vermelha. Os professores acreditam que a cor vermelha possa trazer problemas para alunos que moram em comunidades controladas por traficantes de facções criminosas rivais. Segundo a professora de uma escola em Nova Iguaçu, a mudança nas cores do uniforme foi comunicada às direções das escolas no início do ano. A troca das camisas seria feita em abril.

**Desavenças** – Preocupadas com possíveis desavenças, as diretoras das escolas teriam alertado o perigo para as Coordenadorias Regionais de Educação (CREs). De acordo com a professora, a substituição do uniforme teria sido adiada para o mês de agosto. “A faixa vermelha pode ser vista como uma referência a cor do Comando Vermelho – facção criminosa. Tenho medo que haja até mortes”, afirmou a professora. A secretaria estadual de Educação nega as denúncias dos professores. O órgão informou, no entanto, que há um estudo para a mudança no uniforme, mas não há data e modelo previsto.

**Descaso** – Em artigo, o professor de História, Sinvaldo do Nascimento Souza, comenta o fato de algumas escolas da rede municipal, localizadas na Zona Oeste do Rio, terem sido obrigadas a dispensar alunos, professores e funcionários antes do encerramento do expediente, em razão de conflitos entre facções de traficantes e diante da ação da Polícia Militar. “Há muito, infelizmente, a escola deixou de ser aquele espaço seguro, ideal e sacralizado, até porque a escola é parte integrante da própria sociedade. Se há violência no Rio de Janeiro, no Brasil e no mundo, é claro que tal violência, em maior ou menor grau, acaba interferindo na vida escolar”, afirma.

**Filhos de policiais** – A violência nas escolas do Rio de Janeiro já atingiu até o sigilo a que têm direito os pais de alunos na rede pública. Bandidos já invadiram duas instituições para saber da direção as profissões dos pais. Os traficantes tentaram saber se havia filhos de policiais matriculados nas unidades. Segundo denúncias dos professores, o grupo queria que diretores transmitissem ameaças para esses estudantes. As investidas aconteceram no final de 2004 e início deste ano letivo. “As diretoras responderam que não sabiam. Logo depois, foi convocada uma reunião com pais de alunos. As professoras aconselharam as mães que tivessem filhos de policiais de que não os levassem para escola por um ou dois dias”, disse uma professora.

**Transferência** – O presidente da Associação de Ativos e Inativos da Polícia Militar (Assinap), Miguel Cordeiro, revelou que no início do ano foi procurado por policiais da Zona Oeste que queriam ser transferidos para o interior do estado. “Eles disseram que seus filhos estavam sendo ameaçados por alunos ligados a traficantes”. Segundo o presidente do Sindicato dos Policiais, Fernando Bandeira, por causa da violência, o órgão orienta aos filhos de policiais que não digam na escola a profissão do pai.

**Conselhos** – Cansada de ver a filha ter as aulas interrompidas por causa dos conflitos entre traficantes e policiais, no Morro dos Macacos (RJ), a mãe procurou o Conselho Tutelar responsável pelo bairro. Segundo a assistente social do órgão, Gelza de Oliveira Santos, que recebeu a denúncia, professoras e diretoras estariam sendo impedidas de abrir as portas da escola. “Há vários pedidos de pais que querem transferir os filhos que estudam em áreas onde existe rivalidade entre traficantes de drogas”, disse. Se de um lado, os Conselhos Tutelares vivenciam o crescimento da violência nas escolas públicas do Rio de Janeiro, do outro, sofrem com falta de estrutura para analisar casos e denúncias que chegam até os órgãos.

**Orientação** – Segundo a presidente do Conselho Tutelar de Bangu, Miram da Rocha, deveria existir pelo menos dois Conselhos Tutelares no local. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) recomenda a implantação de um órgão para cada grupo populacional de 200 mil habitantes. Apesar dessa orientação, no Rio, há situações como a do Conselho Tutelar da Zona Sul que atende a quase um milhão de pessoas.

**Medida** – Na emenda orçamentária que prevê a ampliação do número de Conselhos Tutelares no Rio de Janeiro, o vereador Edson Santos sugeriu a criação de pelo menos mais cinco unidades. Na justificativa da emenda, o vereador afirmou que os órgãos atendem um índice populacional muito elevado. De acordo com ele, a falta de estrutura dos Conselhos não assegura um atendimento eficiente à população infanto-juvenil. “Como se vê, urge que a administração municipal atue o quanto antes na implantação dos novos Conselhos Tutelares, não apenas pela recomendação do Conanda, mas, principalmente, por ser um pedido da cidadania por uma atenção de qualidade às nossas crianças e adolescentes”, relatou Edson Santos. Na medida orçamentária, vetada pelo prefeito, os vereadores destinaram R\$ 50 mil ao projeto.

**Relatório** – Segundo relatório reservado de reunião realizada entre a Secretaria Municipal de Educação e o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação, 120 mil alunos (10% do total de matriculados na rede pública) tiveram o ensino prejudicado, no primeiro semestre do ano passado, em razão da violência.

(Jornal do Brasil, 5/6/2005 – Gustavo de Almeida e Waleska Borges)

## Exploração Sexual Comercial

### Cartilha auxilia população no combate à exploração sexual infantil no Acre

*“Muitas pessoas vêm e, por medo de denunciar o crime, terminam calando. Todos precisam saber que para fazer a denúncia, argumenta a juíza da Infância e Adolescência de Rio Branco, Maria Tapajós*

Cartilha que trata da violência sexual contra crianças e adolescentes foi lançada em Rio Branco – resultado do trabalho realizado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. O projeto é da deputada federal Perpétua Almeida (PT-AC) e tem como objetivo tornar mais acessível a identificação e o combate de situações de abuso e exploração sexual infanto-juvenil. Em uma linguagem simples, o informativo traz orientações de como abordar a questão e quais medidas devem ser tomadas quando for necessário denunciar o agressor. Ela servirá para que a vítima, família, escola e comunidade saibam como proceder na prevenção e denúncia desses casos. “Entendo que a exploração sexual é muito grave, com mais relevância quando envolve pessoas com menos de 18 anos. Os que utilizam a falta de informações, pobreza e até mesmo a inocência para tirarem proveitos sexuais de meninos e meninas devem ser rigorosamente punidos pela lei”, ressaltou a deputada. A violência assume, na atualidade, duas formas principais: intrafamiliar e comercial. De acordo com a juíza da Infância e Adolescência de Rio Branco, Maria Tapajós, o lançamento da cartilha é de extrema importância para as famílias acreanas. “Ela traz informações de como proceder quando se constatar casos de violência sexual contra crianças. Muitas pessoas vêm e, por medo de denunciar, terminam calando. Todos precisam saber que para fazer a denúncia, caso queira, o indivíduo não precisa se identificar, pois a denúncia anônima também é investigada e quando constatada os agressores são punidos”, argumentou a juíza. O Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil mantém um telefone permanente para denúncia que é o 0800-990500.

(O Rio Branco-AC – 6 / 4)

### Polícia descobre mais uma rota internacional de exploração sexual infanto-juvenil no Ceará

*Segundo a polícia, o suíço Schaffer Jurg agenciava os programas com europeus, enquanto o taxista Francisco Cordeiro era responsável pelo transporte até o local dos encontros*

A polícia descobriu mais uma rota internacional envolvendo exploração sexual infanto-juvenil em Fortaleza. De acordo com o delegado Jacob Stevenson, oito adolescentes com idades entre 14 e 17 anos, já foram identificadas como vítimas do esquema. Elas recebiam R\$ 50 por programa. O suíço Schaffer Jurg e o taxista Francisco Haroldo Pereira Cordeiro estão com prisão preventiva decretada. Segundo a polícia, o suíço agenciava os programas com turistas europeus, enquanto o taxista ficava responsável pelo transporte até a pousada, onde eram promovidos os encontros. Esse é o quarto caso de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes descoberto nos últimos seis meses envolvendo turistas estrangeiros no Ceará.

(Jornal do Commercio – 7 / 4)

## **Exploração sexual infantil preocupa autoridades de Porto Velho**

*O problema está em todas as classes sociais, mas há uma incidência maior nas classes de baixa renda*

“Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”, determina o artigo 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Mas a atual situação vivida no Brasil coloca em xeque a legislação que completa 15 anos em 2005. São inúmeros os problemas que refletem o desrespeito ao ECA, como a questão da exploração sexual infantil. Em Porto Velho esse problema vem se tornando mais alarmante a cada dia, sendo que na maioria dos casos, as adolescentes ficam escondidas e apenas saem quando são convocadas pelos aliciadores. Isso, para driblar a fraca fiscalização que combate à prática. A exploração sexual infantil está em todas as classes sociais, mas há uma incidência maior nas classes de baixa renda. A titular da Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente, Elza Aparecida, afirma que, somente este ano, quase 520 ocorrências foram registradas, sendo cerca de 30% referente à violência sexual contra crianças e adolescentes.

**(O Estadão do Norte-RO – 13 / 4)**

## **Acolher orienta pousadas de Sergipe no combate à exploração sexual**

*As assistentes sociais Gardênia de Almeida e Aparecida Poderoso pediram aos funcionários que exijam a documentação dos clientes, para que possam comprovar o parentesco entre adultos e adolescentes*

Uma equipe do Projeto Acolher, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (Semasc) de Sergipe, visitou cerca de 20 pousadas da praia de Atalaia, a fim de orientar os profissionais dos estabelecimentos no combate à exploração sexual infanto-juvenil. As assistentes sociais Gardênia de Almeida e Aparecida Poderoso pediram que exijam a documentação dos clientes, para que possam comprovar o parentesco entre adultos e adolescentes. Elas dizem que os trabalhos têm tido uma boa receptividade. “Não estamos tendo dificuldade na adesão. Os funcionários reconhecem a importância do nosso trabalho e vão contribuir”, afirmam. Para fazer denúncias o número é 0800-79-1400.

**(Jornal da Cidade-SE – 21 e 22 / 4)**

## **BH será incluída em programa internacional de combate à exploração sexual infanto-juvenil**

*Capital mineira foi selecionada para a implantação do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil*

O prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, recebe integrantes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Agência Americana Partners USAid, da Embaixada Norte-americana e da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, para discutir a inclusão da capital mineira no *Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil* (Pair) no território brasileiro. Um diagnóstico está sendo feito pela Associação Municipal de Assistência Social (Amas), previsto para ser concluído até julho, e revela as regiões de Belo Horizonte que têm mais incidência nesse tipo de prática. Belo Horizonte foi selecionada para a implantação do Pair por já apresentar uma ampla rede de proteção à criança e ao adolescente, possibilitando uma troca de experiências para o fortalecimento das medidas de combate à violência sexual.

**Seminário** – O secretário Especial de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, abre o

Seminário Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes na Cobertura da Mídia, em Belo Horizonte. A responsabilidade da mídia na cobertura dos casos de exploração sexual infanto-juvenil e como os profissionais de Comunicação podem colaborar no enfrentamento de tal violação são algumas questões debatidas no evento. A iniciativa faz parte do Programa Integrado de Ações de Fortalecimento Institucional para o Enfrentamento à Exploração Sexual Comercial e ao Tráfico para os mesmos fins de meninos e meninas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e sob execução da Associação Municipal de Assistência Social (Amas). O seminário é uma realização da Amas em parceria com a Oficina de Imagens – ONG integrante da Rede ANDI Brasil.

(Estado de Minas – 28/4; Hoje em Dia-MG – 2/5)

### **CPI investiga abuso e exploração sexual infanto-juvenil em Belém**

*A presidente da Comissão, Marinor Brito, ressalta que pretende colocar muitas pessoas “atrás das grades”*

A Câmara Municipal de Belém instalou Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que irá investigar casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. A presidente da CPI, Marinor Brito, informou que a Comissão irá apresentar um relatório documentado e filmado para que a sociedade possa acompanhar todo o trabalho de investigação. A parlamentar ressaltou ainda que pretende colocar muitas pessoas “atrás das grades”. Durante a reunião de instalação da CPI, o coordenador regional do Unicef, Jaques Schwarzstein, apresentou diagnóstico realizado pela campanha de enfrentamento da violência doméstica contra crianças e adolescentes, realizado em 2003 e 2004 no estado. Com base nos dados do relatório, Schwarzstein criticou as instituições voltadas para a segurança da infância e adolescência. Para ele, esses órgãos não conseguem executar uma iniciativa efetiva por não haver um trabalho coordenado entre eles.

(O Liberal-PA – 1/6)

### **CPI da Exploração Sexual no Ceará recebeu 219 denúncias**

*Além de realizar investigações, a CPI está buscando instituições que atendam vítimas de exploração sexual, ouvindo as deficiências e dificuldades para a realização do trabalho*

Desde que começou a trabalhar, há três meses, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Ceará já recebeu 219 denúncias de todo o estado. Além de realizar investigações, a CPI está buscando instituições que atendam vítimas de exploração sexual, ouvindo as deficiências e dificuldades para a realização do trabalho. O objetivo da comissão é, ao final das atividades, apresentar um amplo diagnóstico da falta de condições dos serviços de atendimento.

(Diário do Nordeste-CE – 16/6/2005)

### **Empresas engajadas no combate a crimes sexuais contra crianças e adolescentes serão contempladas com selo**

*O selo tem o objetivo de reconhecer publicamente iniciativas empresariais no Pará*

A Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia do Pará deu parecer favorável a Projeto de Lei, de autoria da deputada Regina Barata, que cria o selo Empresa Protetora da Criança e do Adolescente. A proposta tem o objetivo reconhecer publicamente iniciativas empresariais de enfrentamento ao abuso e à exploração sexual infanto-juvenil.

(O Liberal-PA – 30/6/2005)

## Trabalho Doméstico

### Índice do trabalho infantil doméstico cai 54 % entre 1992 e 2003

*Apesar da redução, para a OIT, a situação ainda é preocupante, mais de 400 mil crianças e adolescentes, de 5 a 16 anos realizam algum tipo de trabalho doméstico no País*

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o serviço doméstico entre crianças e adolescentes teve queda de 54% no Brasil de 1992 a 2003. Os dados, divulgados pela OIT, estão baseados no cruzamento de resultados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A deputada Luci Choinacki, integrante da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, atribui a redução às políticas sociais adotadas pelo Governo Federal. “Quando a família tem renda, não precisa colocar os filhos para trabalhar. Programas como o Bolsa-Família diminuem a exploração da mão-de-obra infantil”, acredita. Apesar da redução significativa, a situação ainda é considerada preocupante para o órgão. Mais de 400 mil crianças e adolescentes com idade entre cinco e 16 anos prestam algum tipo de trabalho doméstico no País.

**Creches** – Segundo Cleusa Aparecida da Silva, representante da Articulação Brasileira de Mulheres Negras, muitas vezes os familiares não têm noção de que olhar bebês, cozinhar ou arrumar a casa é o mesmo que inserir precocemente esses jovens no mercado de trabalho. A falta de acesso das camadas de baixa renda da sociedade a creches e berçários também é apontada por especialistas como fator que empurra os meninos e meninas para o serviço doméstico. Sem ter com quem deixá-los, as empregadas os levam para o ambiente de trabalho, onde acabam ajudando nas funções domésticas.

**Crescimento** – Na contramão da média nacional, o Distrito Federal registra aumento no número de crianças e adolescentes na condição de trabalho doméstico. Dos 21,7 mil jovens com idade entre cinco e 17 anos que trabalham na capital federal, 20% realizavam tarefas domésticas em 2003. Enquanto em 2002, o percentual era de 18%. “Muitas famílias que vêm de fora trazem crianças como se fossem afilhadas. Elas acabam trabalhando como domésticas ou babás”, afirma o coordenador do Programa Internacional de Erradicação do Trabalho Infantil da OIT, Pedro Américo Oliveira. A tendência de crescimento da prática no DF foi acompanhada pelo Acre, Roraima, Rondônia e Amazonas.

**Assédio** – Para o ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Lélvio Bentes, o trabalho infantil é inadmissível, mesmo que remunerado. “A Constituição é expressa. Até os 16 anos, nenhum trabalho será tolerável, salvo na condição de aprendiz”, afirma. Ele lembra que, quando trabalham na casa dos outros, crianças e adolescentes ficam expostos a assédio moral, exploração sexual e privação do convívio familiar. Os dados da OIT também indicam afastamento do ambiente escolar: 26% das meninas e 20% dos meninos que prestam serviços domésticos em residências de terceiros não estudam.

(Correio Braziliense, 27 / 4 – Paloma Oliveto)

## Busca de Soluções

### Comunidade de Salvador recebe incentivo do Ministério do Trabalho dos EUA para erradicar trabalho infantil

*A iniciativa que está sendo desenvolvida em Novos Alagados tem como intuito transmitir premissas de convivência em grupo aos meninos e meninas por meio de brincadeiras*

O trabalho social desenvolvido pela Sociedade Primeiro de Maio em Novos Alagados, Salvador (BA), foi selecionado pela sua importância dentre outras 150 iniciativas da América Latina. A ideia de educar crianças e adolescentes de baixa renda por meio de brincadeiras, resgatando-os da situação de risco, recebeu US\$ 100 mil dólares do Ministério do Trabalho dos EUA e Organização Não-Governamental Instituto Winrock International. O prêmio é um reconhecimento e um incentivo para continuar desenvolvendo ações educativas para erradicar o trabalho infantil. "Jovens que andavam em bando praticando pequenos furtos, pedindo dinheiro e vendendo balas são hoje cidadãos inseridos na comunidade", informou a diretora da sociedade, Vera Lazzarotto.

O trabalho que está sendo desenvolvido no local tem como intuito transmitir premissas de convivência em grupo aos meninos e meninas por meio de brincadeiras. "É com as brincadeiras que a criança aprende a criar regras, a respeitar o outro, a esperar a sua vez, a trabalhar em grupo. A brincadeira é um dos melhores meios de socialização. Apesar do sofrimento, elas têm muita alegria de viver e esperança", ressaltou a diretora. A Sociedade Primeiro de Maio atende 2,01 mil jovens de baixa renda e seus familiares, totalizando cerca de dez mil pessoas, e ajudou a transformar a favela em um bairro popular organizado, com três escolas comunitárias. A redução do trabalho infantil utilizando a Educação faz parte do Projeto Circle, que é um dos projetos globais da Winrock International.

(A Tarde-BA, 13/5 – Letícia Belém)

### Ministério da Saúde lança cartilha para ajudar no combate ao trabalho infantil

*O material explica como deve ser a conduta dos funcionários do SUS no atendimento a crianças vítimas da prática, além de ensinar sobre doenças vêm do trabalho precoce*

O Ministério da Saúde lança a *Cartilha de Rotina do Trabalho Infantil*. O material explica como deve ser a conduta dos funcionários do Sistema Único de Saúde (SUS) no atendimento a crianças e adolescentes vítimas da prática, além de ensinar quais os tipos de doenças provindas do trabalho precoce. Os profissionais serão orientados a notificar os casos de trabalho infantil aos Conselhos Tutelares e às Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs). A técnica de Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde, Maria da Graça Hoefel, explica que uma das formas de exploração mais comum e difícil de combater é o trabalho doméstico. "Grande parte de meninas em área urbana realizam o trabalho doméstico. Como é invisível, não se sabe ao certo sua dimensão", disse. A legislação brasileira proíbe o trabalho de meninos e meninas com menos 16 anos, exceto na condição de aprendiz a partir dos 14 anos.

(Folha do Povo-MT – 7/6/2005)

### **Desde 1996, 930 mil crianças foram retiradas da condição de trabalho**

*Dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, do IBGE, indicam que 2,7 milhões de crianças ainda são vítimas do trabalho infantil no Brasil*

O Governo Federal conseguiu tirar da condição de trabalho 930 mil crianças em cidades brasileiras, desde 1996. De acordo com a coordenadora do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Margarida Munguba, a ação contra o trabalho infantil tem que ser permanente, é preciso estar constantemente alerta, porque a prática está ligada a atividades econômicas que em determinados momentos tornam-se atrativas em algumas regiões do País. Denúncias dessa prática criminosa podem ser feitas pelo telefone 0800 707 2003.

**(Jornal de Brasília – 26/4)**

### **Tráfico de trabalhadores em condição de escravidão vitima crianças e adolescentes**

*Segundo a OIT, entre 40% e 50% das vítimas são pessoas com menos de 18 anos*

Pelo menos 12,3 milhões de trabalhadores estão submetidos a condições de escravidão, segundo estimativa da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Estudo lançado em Brasília revela que o tráfico internacional de trabalhadores nessa condição afeta 2,4 milhões de pessoas e rende US\$ 31,6 bilhões por ano no mundo. O documento indica que entre 40% e 50% das vítimas do tráfico são pessoas com menos de 18 anos. O estudo afirma que só América Latina e Caribe concentram 1,3 milhão, dos quais 250 mil seriam vítimas de tráfico. A meta é que os 178 países-membros erradiquem o trabalho forçado até 2008 e que essa modalidade de exploração seja banida do mundo até 2015.

**(O Globo-RJ – 12/5)**

### **Diminui o número de crianças e adolescentes que trabalham no Brasil**

*De acordo com a última Pesquisa por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2,7 milhões de meninos e meninas trabalham no País*

De 1995 a 2003, o número de crianças e adolescentes entre cinco e 15 anos trabalhando caiu 47,5%. De acordo com a Pesquisa por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2003, a mão-de-obra nessa faixa etária, diminuiu de 5,1 milhões para 2,7 milhões. De acordo com o levantamento, as maiores reduções da prática no período ocorreram no Rio de Janeiro, que passou de 115 mil para 38,7 mil (66,4%) e no Mato Grosso do Sul, que diminuiu de 68,6 mil para 24,3 mil (64,5%) – estado onde o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) teve início em 1996. Apenas no estado de Roraima, o trabalho infantil aumentou nesse período, passando de 1,8 mil para 4,06 mil, o equivalente a 117%.

**(Jornal de Brasília – 10/6/2005)**

### **Recomendações para fontes**

- A fonte deve procurar entender a especificidade de cada meio. Nem tudo o que se fala em uma entrevista é aproveitado. No caso do rádio e da televisão, o entrevistado precisa ser objetivo, com respostas diretas e pensamentos completos. No caso de jornais e revistas, deve entender que frases são pinçadas dentro de um contexto, e não nutrir a expectativa de ver veiculada a íntegra da entrevista que concedeu ao jornalista.
- Reflexões, por parte de quem atua na área, são importantes. As fontes devem dar retorno aos jornalistas quando houver equívocos nas matérias e elogiar quando a cobertura for correta.
- Promover eventos, seminários e oficinas sobre o tema, para capacitar internamente técnicos e mídia, é uma forma de estimular nos participantes o sentimento de multiplicador.
- Ao programar um evento, fixe um horário para falar com a imprensa, reservando tempo, de preferência antes do início das atividades.

### **Recomendações para jornalistas**

- A mídia, por formar opiniões, pode ajudar a desconstruir a legitimação dada ao trabalho infantil pela sociedade, desmistificando a naturalidade com a qual é visto. A questão deve ser tratada pelos veículos de comunicação como um problema que gera grandes danos à criança e ao adolescente. Nesse sentido, a abordagem de todas as formas de trabalho infantil (na agricultura familiar, nas ruas, nas residências de terceiros etc.) não deve ser diferente da utilizada quando se fala sobre a exploração de mão-de-obra infantil nas pedreiras e canaviais.
- O esforço para entender a metodologia das pesquisas sobre o tema permite que a informação seja transmitida de forma precisa e eficaz. Na medida do possível, deve-se também solicitar às fontes que contextualizem os dados estatísticos. Esses cuidados abrem possibilidades para uma abordagem diferenciada dos estudos e estatísticas sobre trabalho infantil.
- O jornalista deve ficar atento às questões de gênero, raça e etnia, observando aspectos relativos às crianças e aos empregadores. Aprofundar uma leitura sobre esses temas é fundamental, assim como ouvir entidades que trabalham com esses recortes, como os movimentos de mulheres e negros.
- É de grande utilidade pública a indicação de entidades que podem receber denúncias. Merecem atenção entidades do Poder Público quanto da sociedade civil organizada.

A qualidade da cobertura jornalística é responsabilidade dos profissionais de imprensa e das fontes de informação, que têm um papel fundamental nesse processo. Todos devem ter consciência de que a informação é um bem público e que, por isso, precisa ser compartilhada com a sociedade.

**Fonte:** *Crianças Invisíveis – O enfoque da imprensa sobre o Trabalho Infantil Doméstico e outras formas de exploração (Série Mídia e Mobilização Social – Vol. 6 – ANDI/OIT/Unicef/Cortez Editora)*

## Análise de Mídia

### Exploração do Trabalho Infantil na Mídia Impressa Nacional

Editada trimestralmente, a *Análise de Mídia – Piores Formas do Trabalho Infantil* apresenta o resumo das principais notícias sobre o tema, veiculadas por cerca de 60 jornais de todo o País e 10 revistas de alcance nacional. Também apresenta resultados estatísticos sobre o tema e comentários analíticos a respeito da cobertura feita por esses veículos de comunicação.

A elaboração deste relatório torna-se possível graças à utilização de um sistema eletrônico de captura de textos e armazenamento de dados desenvolvido para as demandas específicas deste tipo de monitoramento, que possibilita o acesso imediato a qualquer conteúdo publicado no período.

A ANDI acredita que as informações que compõem a presente publicação são recursos para as entidades e parceiros do Programa de Erradicação das Piores Formas de Trabalho Infantil da OIT/IPEC no enfrentamento da exploração que atinge milhares de crianças e adolescentes brasileiros. Além de promover a expansão da visão dos atores sociais sobre a mídia e inspirar novas pautas jornalísticas.

### Sobre a ANDI

A ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância é uma organização não-governamental cuja missão é contribuir para a construção, nos meios de comunicação, de uma cultura que priorize a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

A Agência é reconhecida no Brasil e no exterior como um centro de referência em comunicação para os direitos e o desenvolvimento humano e social. Em 2003 foi escolhida pela organização não-governamental Global Development Network como um dos três projetos sociais mais inovadores do mundo.

### Outras informações

A ANDI publica periodicamente boletins voltados para jornalistas e atores sociais, entre eles o *Infância na Mídia Hoje* (diário), *Direto ao Assunto* (mensal) e *Conversa Afiada* (bimestral). Todos eles têm em comum o objetivo de sugerir temas a serem abordados na cobertura jornalística, além de dados estatísticos e fontes de informações.

Ainda no segmento de publicações, são desenvolvidos Guias de Fontes temáticos, com informações sobre os principais personagens do cenário da garantia dos direitos da infância e adolescência. Desde 2003, publica, em parceria com o Unicef e a Editora Cortez, a série *Mídia e Mobilização Social*, cujos títulos traçam análises editoriais quanti-qualitativas sobre o tratamento que a imprensa brasileira dedica a temas envolvendo crianças e adolescentes, juntamente com sugestões de pautas e definições conceituais.

Para saber mais sobre os produtos e iniciativas da ANDI, acesse o site [www.andi.org.br](http://www.andi.org.br). Se preferir, entre em contato pelo telefone (61) 2102-6508 ou envie e-mail para [drocha@andi.org.br](mailto:drocha@andi.org.br).

***É proibida a reprodução de parte ou da totalidade deste material sem prévia autorização da ANDI***

**ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância**  
SDS - Ed. Boulevard Center - Bloco A - sala 101  
Brasília-DF – 70391-900 – Fone: (061) 2102-6508. Fax: (061) 2102-6550  
[www.andi.org.br](http://www.andi.org.br)